

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**BRUNA VITÓRIA PIRES AMUY**

**A GUERRA POR PROCURAÇÃO ENTRE ÍNDIA E PAQUISTÃO (1947-  
2010): DO INÍCIO DA PROCURAÇÃO À REESTRUTURAÇÃO DA  
ESTRATÉGIA**

**GOIÂNIA**

**2021**

BRUNA VITÓRIA PIRES AMUY

**A GUERRA POR PROCURAÇÃO ENTRE ÍNDIA E PAQUISTÃO (1947-  
2010): DO INÍCIO DA PROCURAÇÃO À REESTRUTURAÇÃO DA  
ESTRATÉGIA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Giovanni Hideki Chinaglia Okado

GOIÂNIA

2021

## FICHA CATALOGRÁFICA

AMUY, Bruna Vitória Pires.

A guerra por procuração entre Índia e Paquistão (1947-2010): do início da procuração à reestruturação da estratégia

Total de folhas: 67 p.

Orientador: Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado

Trabalho de conclusão de curso (Curso de Graduação de Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Goiânia, 2021.

1. Guerra por Procuração. 2. Índia. 3. Paquistão. 4. Caxemira. I. Amuy, Bruna Vitória. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás III. A guerra por procuração entre Índia e Paquistão (1947-2010): do início da procuração a reestruturação da estratégia

## FOLHA DE APROVAÇÃO

BRUNA VITÓRIA PIRES AMUY

A GUERRA POR PROCURAÇÃO ENTRE ÍNDIA E PAQUISTÃO (1947-2010): DO  
INÍCIO DA PROCURAÇÃO À REESTRUTURAÇÃO DA ESTRATÉGIA

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado à Escola de Direito, Negócios e  
Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio  
Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do  
grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Giovanni Hideki Chinaglia Okado

Aprovada em 15 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado – PUC Goiás (Orientador)

---

Me. Alessandro Visacro

---

Prof. Dr. Matheus Hoffmann Pfrimer – UFG

## **AGRADECIMENTOS**

Muitas pessoas incríveis me apoiaram durante meu processo de formação acadêmica, mas meus pais foram o principal suporte. Agradeço a minha mãe, que é a minha força e meu maior apoio e ao meu pai, que não está mais presente em vida, mas que sempre enfatizou a importância da educação. Sem eles eu não teria chegado tão longe.

Gostaria de agradecer, também, meus amigos que me acompanharam durante a faculdade: Anne Karolyne, Giovanna, Sarah, Felipe, Raquel e André. Sou grata pelo apoio e amizade, sem vocês eu não teria aprendido tantas lições importantes. Também agradeço aos amigos fora da sala de aula, pelos momentos de descontração e por terem me ouvido falar tanto sobre Relações Internacionais, em especial a Bárbara que me acalmou nos momentos que eu achei que fosse impossível encontrar tranquilidade.

Finalmente, agradeço meu orientador, professor Giovanni, que da sala de aula, a iniciação científica a monografia me ensinou muito. Agradeço a paciência e por ter me apresentado a área de Segurança Internacional.

## **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é realizar um estudo de caso da guerra por procuração no conflito entre Índia e Paquistão pelo território de Jammu e Caxemira entre 1947 e 2010. A pesquisa utiliza do método qualitativo e é conduzida pelo estudo de caso e revisão bibliográfica. A região é disputada pelos dois países desde a independência do subcontinente do império britânico, e o Paquistão utiliza a guerra por procuração a fim de equiparar suas forças às indianas que possuem maiores recursos. A guerra por procuração consiste na influência de terceiros sob apoio de um Estado, no contexto em estudo o Paquistão utiliza de grupos não estatais armados que lutam contra a presença hindu no vale. Desta forma, levanta-se o questionamento de como a guerra por procuração se desenvolveu ao longo do conflito? Apresenta-se que entre 1947 e 1980 a procuração decorre de forma pouco organizada e somente a partir da década de 1980 que adquire estruturas que contribuem para sua organização.

Palavras-chave: guerra por procuração; Índia; Paquistão; Caxemira.

## **ABSTRACT**

The objective of this work is to carry out a case study of the proxy war in the conflict between India and Pakistan over the territory of Jammu and Kashmir between 1947 and 2010. The research uses the qualitative method and is conducted by case study and literature review. The region has been disputed by both countries since the independence of the subcontinent from the British Empire, and Pakistan uses proxy warfare to match its forces with the Indians who have greater resources. The proxy war is the influence of third parties under the support of a state, in the context under study Pakistan uses non-state armed groups that fight against the Hindu presence in the valley. In this way, the question arises as to how the proxy war developed throughout the conflict? It is presented that between 1947 and 1980 the proxy war took place in a poorly organized manner and only from the 1980s onwards did it acquire structures that contributed to its organization.

**Key Words:** proxy war, India, Pakistan, Kashmir.

## LISTA DE TABELAS

Tabela	1	–	Grupos	insurgentes	da
Caxemira.....					48



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFL – *Cease-fire Line*

CIA – Agência Central de Inteligência

COIN – Contra-insurgência indiana

HM – *Hizbul Mujahideen*

ISF – *Indian Security Force*

ISI – *Pakistan's Inter-Services Intelligence Agency*

ISIS – Estado Islâmico

J&K – *Jammu and Kashmir*

JeM – *Jaish-e-Mohammed*

JKLF – *Jammu and Kashmir Liberation Front*

LeT – *Lashkar-e-Taiba*

LOC – *Line of Control*

MC – *All-Jammu and Kashmir Muslim Conference*

n.p. – não paginado

NC – *All-Jammu and Kashmir National Conference*

NWFP – Província de Fronteira Noroeste do Paquistão

ONU – Organização das Nações Unidas

PMU – *Popular Mobilization Units*

PTM – Militantes Armados paquistaneses

s.d. – sem data

s.l. – sem lugar

s.n. – *sine nomine*

SAARC – *South Asian Association for Regional Cooperation*

SEATO – *South East Asian Treaty Organization*

UMOGIP – *United Nations Military Observer Group*

URSS – União Soviética

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 REFERENCIAL TEÓRICO: AS GUERRAS REGULAR, IRREGULAR E POR PROCURAÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1 DA GUERRA CLÁSSICA.....	12
1.2 DA GUERRA IRREGULAR.....	17
1.3 DA GUERRA POR PROCURAÇÃO.....	21
<b>2 O CONFLITO NA CAXEMIRA ENTRE 1947 E 1980: A PRIMEIRA FASE DA PROCURAÇÃO.....</b>	<b>28</b>
2.1 A FORMAÇÃO DA CAXEMIRA E A PRIMEIRA DISPUTA INDO-PAQUISTANESA.....	28
2.2 O DESENVOLVIMENTO DA PROCURAÇÃO E AS OPERAÇÕES GIBRALTAR E GRAND SLAM.....	34
<b>3 A ORGANIZAÇÃO DA GUERRA POR PROCURAÇÃO.....</b>	<b>42</b>
3.1 A RENOVADA ESTRATÉGIA POR PROCURAÇÃO E A INSURGÊNCIA NA CAXEMIRA (1980-1999) .....	43
3.2 A CONTRA-INSURGÊNCIA INDIANA.....	50
3.3 O VERÃO NUCLEAR E A GUERRA DE KARGIL.....	52
3.4 CAXEMIRA ENTRE 2000 E 2010: A TENTATIVA DE DIÁLOGO E A CONTINUAÇÃO DA INSURGÊNCIA.....	55
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>62</b>

## INTRODUÇÃO

A disputa indo-paquistanesa da Caxemira existe desde 1947 e é um dos conflitos mais recorrentes desde a segunda Guerra Mundial e até os dias atuais não foi findado. Além do mais, nações nuclearizadas, buscam outras formas de conflitividade a fim de evitar o embate direto. Em meio a disputa existe a ocorrência de uma guerra por procuração, conduzida pelo Paquistão com objetivo de equiparar suas forças às indianas. Inicialmente a estratégia apoiou um grupo de homens armados de uma região da Caxemira, em meio ao processo de independência do subcontinente da coroa britânica, mas com passar do tempo operações por procuração passaram a ser desenvolvidas por membros do exército paquistanês e passaram a ser mais elaboradas.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é realizar um estudo de caso da guerra por procuração no conflito entre Índia e Paquistão pelo território de Jammu e Caxemira entre 1947 e 2010. O recorte temporal abarca o conflito desde a primeira disputa entre os Estados pela região e segue até os eventos mais recentes descritos na literatura utilizada neste projeto. Assim, os objetivos específicos se concentram em: estabelecer um referencial teórico acerca da guerra regular, irregular e por procuração, verificar como a guerra por procuração se desenvolveu ao longo do conflito, observar as estruturas que contribuíram para maior organização da guerra por procuração. A questão central deste trabalho busca investigar: “como a guerra por procuração se desenvolveu ao longo do conflito da Caxemira?”

O argumento central a ser observado é que a guerra por procuração se desenvolveu inicialmente de forma pouco organizada entre 1947 e 1980, as operações eram orquestradas por membros do governo e não possuíam uma estrutura que as sustentasse, porém a partir da década de 1980 se tornou estruturada. Após a experiência do *Pakistan's Inter-Services Intelligence Agency* na guerra do Afeganistão, o Paquistão passou a instaurar estruturas para procuração, como as madraças, instituições de ensino religiosas que são uma das principais fontes de recrutas para lutar em nome da Caxemira. A pesquisa utiliza o método qualitativo que se baseia no estudo de caso e na revisão bibliográfica. Um estudo qualitativo busca compreender o valor atribuído por grupos ou indivíduos a questões sociais (CRESWELL, 2014) e Andrew Bennet (2002) aponta que o estudo de caso é um elemento escolhido dentro de um acontecimento histórico que será analisado a fim de gerar conhecimento sobre o tema em estudo. Para tal fim, são escolhidos um ou mais objetivos para centrarem o estudo, dessa forma o trabalho utilizou da revisão bibliográfica para compreender a guerra por procuração na disputa entre Índia e Paquistão na Caxemira.

As principais fontes utilizadas nesta pesquisa são livros e artigos publicados sobre o tema. Para tratar do referencial teórico, são analisadas as principais obras que tratam da guerra regular, guerra irregular e guerra por procuração. Em primeiro lugar a obra de Carl Von Clausewitz (1996) é a principal contribuição teórica acerca da guerra clássica, porém, as contribuições de Flávio Mendes (2014), Eugênio Diniz (2010), Paul Schuurman (2014) e Waldman (2009) também são fontes importantes de conhecimento. Como uma transição da seção sobre a teoria da guerra regular para a guerra irregular, recorre-se à obra de Mary Kaldor (2010) sobre as novas guerras. Sobre as guerras irregulares, serão utilizados os escritos de Alessandro Visacro (2009), Colin Gray (2007) e Lawrence Freedman (2013). Já para tratar da guerra por procuração são utilizadas as obras de Tyrone Groh (2019), Andrew Mumford (2013) e Rondeaux e Sterman (2019). A fim de observar a história do conflito indo-paquistanês e da Caxemira foram visitadas principalmente as obras de Sumantra Bose (2003, 2007), EFSAS (2017), Lovass, Mastrone, Skaft e Wiederkehr (200-?), Swami (2007), Taylor (2004), Victoria Schofield (2010), Edson Neves (2010), Ajay Behera (2008). Já os eventos mais recentes presentes no trabalho foram baseados em reportagens, principalmente, do *The Guardian* (2010), *Adi Magazine* (2020), *First Post* (2013) e *Aljazeera* (2019).

Esse trabalho está dividido em três partes principais. Na primeira é apresentado o referencial teórico do projeto, a guerra regular, guerra irregular e guerra por procuração com objetivo observar como essas três formas de conflitividade decorrem no conflito indo-paquistanês pela Caxemira. A segunda seção discorre sobre o Conflito na Caxemira entre 1947 e 1980, são observados os principais acontecimentos desse período, os momentos em que a procuração foi empregada pelo Paquistão e a progressão dessa estratégia. Além disso, é demonstrado como a guerra por procuração se iniciou de forma menos estruturada e qual a importância da participação paquistanesa na Guerra do Afeganistão para o desenvolvimento da procuração a partir da década de 1980. Nesse sentido, o último capítulo expõe as principais mudanças na guerra por procuração na Caxemira, com as estruturas de sustentação dessa estratégia se constituíram a fim da estratégia ser empregada de maneira mais organizada. Ademais, são apresentados os principais grupos que atuam por procuração e a resposta indiana de contra insurgência às operações por procuração. Finalmente, são tratados os principais eventos envolvendo a insurgência na Caxemira durante o século XXI.

# 1 REFERENCIAL TEÓRICO: AS GUERRAS REGULAR, IRREGULAR E POR PROCURAÇÃO

O objetivo deste capítulo é realizar uma revisão bibliográfica acerca de três diferentes formas de guerra: a regular ou clássica, a irregular e a por procuração. Com propósito de estabelecer bases teóricas para observar a conflitividade entre Índia e Paquistão na Caxemira, além de buscar estabelecer a relação entre as três formas de guerra.

Na primeira seção, apresenta-se a teoria mais predominante sobre a guerra clássica. Os escritos clausewitzianos são a principal fonte de informação sobre o que é a guerra, sua natureza e a forma como ela decorre. Além disso, também se examinam as limitações do conceito de guerra clássica por meio dos escritos de Mary Kaldor (2010) sobre ‘novas guerras’. Na segunda seção, discorre-se sobre a guerra irregular, são demonstrados os fatores que a diferenciam da guerra convencional e as novas características que ela introduz ao analisar a conflitividade. Para tal fim, são utilizados, principalmente, os escritos de Visacro (2009) e Gray (2007). A última seção discorre sobre a guerra por procuração, suas particularidades, as motivações que levam os Estados a utilizarem esse tipo de embate, seguindo principalmente as obras de Groh (2019) e Mumford (2013) e concluindo um exemplo atual da guerra por procuração Irã-Iraque.

## 1.1 DA GUERRA CLÁSSICA

A guerra é um fenômeno que foi amplamente observado por Carl Von Clausewitz (1996) em sua obra magna *Da Guerra*, por meio da qual o autor não buscou demonstrar como as guerras deveriam ocorrer, mas sim compreender como elas acontecem (DINIZ, 2010, p. 40). Em seu primeiro livro o autor examinou a natureza da guerra, suas características, meios, propósitos e intercorrências a fim de responder à pergunta: “o que é a guerra?”. A resposta imediata para esse questionamento apresenta que “a guerra é, portanto, um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade” (CLAUSEWITZ, 1996, p. 75). Para compreender melhor essa definição, para o autor, o ‘ato de força’ se manifesta em um ‘duelo em grande escala’; esse duelo ocorre através da força física, que é o meio utilizado na guerra para atingir o propósito de impor a vontade de uma parte ao respectivo inimigo.

A partir da definição de guerra, Clausewitz (1996) apresentou três desenvolvimentos, os ‘três casos de interação’, que segundo Flávio Mendes (2014, p. 99) “deveriam conduzir ao exercício irrestrito e extremo da violência na guerra”. O primeiro caso aponta que, em princípio, não existem restrições ao uso da força empregada contra o oponente, com isso cada lado obriga

o outro a empreender a mesma força para não ser derrotado. A segunda interação apresenta que, enquanto o inimigo não é derrotado, as partes sempre temerão ser vencidas, dessa forma, o propósito do uso da força é desarmar o inimigo antes que ele o faça. Por fim, o terceiro caso de interação demonstra que, para superar o poder de defesa do oponente, deve-se combinar os meios à disposição e a força da determinação e os próprios esforços devem ser regulados de acordo com os do inimigo (CLAUSEWITZ, 1996).

Os casos de interação representam o desenrolar de uma guerra que Clausewitz (1996) denomina de absoluta: “a guerra seria absoluta porque se daria num gigantesco espasmo de violência, um choque único de todo montante de energia e recursos mobilizáveis pelos contendores” (MENDES, 2014, p. 99). Se a guerra seguir as três interações, essa se resolveria em apenas um ato decisivo, e todos os recursos disponíveis precisam ser empregados. Entretanto, a concentração simultânea de todas as forças não é natural à guerra e, se isso ocorresse, as guerras teriam apenas atos decisivos (CLAUSEWITZ, 1996).

A existência de uma guerra absoluta levanta o questionamento de como a guerra real se difere da definição absoluta. As características das guerras reais apontadas por Clausewitz (1996) desconsideram um choque único de forças, tendo em vista “a existência de pausas na condução das guerras” (MENDES, 2014, p. 99). Além disso, Paul Schuurman (2014) apresenta que a diferença entre a guerra real e a absoluta estaria no que Clausewitz (1996) denomina de 'fricção', que seriam os atritos entre os planos no papel dos generais e a execução. Nesse sentido o andamento das guerras poderia ser suspenso devido à falta de logística, má organização, restrições políticas e outros empecilhos; faz-se necessário avaliar qual o nível do esforço a ser empreendido analisando as instituições, caráter, em suma, a situação geral do inimigo (CLAUSEWITZ, 1996; SCHUURMAN, 2014).

Com isso, na avaliação dos esforços despendidos no conflito é preciso considerar, também, o propósito político, ou seja, a razão inicial da guerra, uma vez que esse propósito pode ser visto como a vontade que um lado busca impor ao outro por meio do embate (MENDES, 2014). Além do mais, “[...] a guerra não é meramente um ato de política, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas realizada com outros meios” (CLAUSEWITZ, 1996, p. 91). Hughes e Koutsoukis (2018) apresentam que é através dos meios políticos que as guerras são limitadas e controladas. A política determina os recursos aplicados na guerra, suas manifestações, enfim, é o fator determinante da diferença entre as guerras absolutas e as reais - limitadas (MENDES, 2014, p. 100).

Eugênio Diniz (2010, p. 54) aponta que política, nesse sentido, é considerada “uma atividade voltada para identificar e promover os interesses de uma determinada sociedade

perante outras”. Desta forma, o propósito político designa o objetivo militar e a força a ser empregada. Porém, esse propósito não deve ser a única questão que influencia a medida das forças e, por vezes, não é um motivo forte o suficiente para estabelecer um propósito militar. Em alguns cenários, o objetivo político é o mesmo que o militar, como em conquistas territoriais; quanto menor for o envolvimento da população e menor a intensidade das tensões entre Estados, mais relevantes serão as condições políticas (CLAUSEWITZ, 1996).

Uma última questão a ser considerada acerca da existência de pausas na condução das guerras é: seria possível a interrupção da guerra? Para responder a essa indagação Clausewitz (1996) aponta que existem duas formas de ação: a defesa e o ataque. A defesa é mais forte que o ataque e ambos são formas divergentes de guerra, é necessário considerar “se a vantagem de adiar uma decisão é tão grande para um lado quanto a vantagem da defesa é para o outro” (CLAUSEWITZ, 1996, p. 86). Além disso, é necessário possuir autoconhecimento, identificar suas fraquezas e forças, uma vez que, não é possível conhecer a situação do inimigo. Uma avaliação errada, como acreditar que o oponente possui vantagem na batalha, pode levar à desaceleração das ações na guerra e contribuir para uma paralisação nas operações militares, períodos de inação na guerra podem refrear sua evolução. Em síntese, a pausa da decorrência da guerra acontece, pois as partes aguardam um melhor momento para agir, um que seja mais vantajoso (CLAUSEWITZ, 1996; MENDES, 2014).

Com a finalidade de apresentar uma estrutura de análise para compreender o fenômeno da guerra, Clausewitz (1996) elabora uma trindade de elementos que compõem a natureza da guerra. Waldman (2009) enfatiza os três níveis os quais a trindade clausewitziana pode ser apresentada: no primeiro deles, encontra-se a violência primordial, ódio e inimizade e refere-se, em um segundo nível, às pessoas, ao comandante e seu exército e ao governo, respectivamente. Ainda nesse nível a cada elemento da trindade se associa:

As paixões que serão inflamadas na guerra já devem ser inerentes às pessoas. A liberdade de ação que o jogo de coragem e talento desfrutará na esfera da probabilidade e do acaso dependerá do caráter específico do comandante e do exército, mas os propósitos políticos são apenas um assunto do governo (CLAUSEWITZ, 1996, p. 93).

Já o terceiro nível é composto pelo contexto em que os elementos da trindade se encontram, as mudanças econômicas, sociais, políticas e outros fatores. Os aspectos que compõem a trindade não podem ser dissociados uns dos outros, uma vez que a análise individual de cada termo não pode ser realizada, “a teoria da guerra como ferramenta analítica, portanto, exige o discernimento do relacionamento entre os elementos da trindade clausewitziana em cada caso particular” (MENDES, 2014, p. 100). Com isso, a política a ser aplicada em uma

guerra precisa ter fundamento nos objetivos de cada elemento da trindade, essa ferramenta de análise demonstra que a guerra possui uma natureza interativa (CLAUSEWITZ, 1996; WALDMAN, 2009).

A teoria clausewitziana da guerra clássica, em síntese, apresenta que a guerra é um duelo em grande escala que, por meio da força física, impõe-se ao oponente a sua vontade; todas as forças não devem ser utilizadas simultaneamente, pois a guerra não pode ser resolvida em apenas um ato decisivo. Outra questão a ser observada é o propósito político da guerra, o qual indicará o objetivo militar e contribuirá para mensuração da força a ser desprendida. (CLAUSEWITZ, 1996). Além disso, a guerra é imaginada como absoluta, o emprego da força é extremo e gera grande violência, porém, como apresentado por Eugênio Diniz (2002, *apud* DINIZ, 2010, p. 40), a “guerra como continuação da política depende diretamente de toda a exploração das consequências do conceito de guerra absoluta”.

Clausewitz (1996) ainda apresenta, acerca da relação entre pessoas, violência e paixões inflamadas presentes na trindade, um capítulo em sua obra para tratar do “Povo em Armas”, em que é feita “a inclusão do povo como componente intrínseco ao fenômeno bélico” (MENDES, 2014, p. 103). São tratados neste capítulo as “insurreições generalizadas” ou “levantes populares” e a atuação de civis nos embates como outra forma de combater, o que, para o autor, extrapolam o fenômeno da guerra. A atuação das insurgências atribui uma grande vantagem ao lado que utilizá-las primeiro, porém, os recursos empregados em insurreições seriam mais aproveitados em outro tipo de guerra, uma vez que essa possui algumas limitações, pois não dispõem da logística ou da força de um exército regular (CLAUSEWITZ, 1996; MENDES, 2014). Assim, pode-se compreender que a teoria clausewitziana é aplicável para análise de atores não estatais na guerra, por meio da trindade o fenômeno da guerrilha pode ser compreendido, em especial porque esse tipo de conflitividade une os elementos do povo e do comandante (MENDES, 2014).

Existem cinco condições em que a resistência popular pode ser eficiente: a guerra deve ocorrer no interior do país, não deve ser resolvida por um único golpe, o teatro de operações precisa ser grande, o caráter nacional corresponder com esse tipo de guerra e o terreno deve ser de difícil acesso (CLAUSEWITZ, 1996, p. 569). As guerrilhas atuam em operações táticas e são uma parte da estratégia de combate, tanto como um último recurso antes da dominação do país após a destruição das forças militares, quanto como um auxílio ao exército regular quando este estiver em desvantagem (MENDES, 2014). Além disso, as ações empreendidas nesse tipo de guerra devem conter o elemento surpresa, por possuir uma desvantagem numérica e de poderio militar, os levantes populares nunca devem atacar grandes grupos militares do inimigo.



Os insurgentes devem atuar nos limites do teatro de operações, buscando brechas na logística do oponente, provocando a dispersão das tropas oponentes e falhas na comunicação, pois o êxito de sua atuação está no enfraquecimento das forças inimigas (CLAUSEWITZ, 1993 *apud* MENDES, 2014).

Após compreender como atores não estatais podem estar presentes na guerra pode-se observar as ‘novas guerras’, segundo Kaldor (2010), após 1945 não poderiam mais ser uma forma de derrotar o inimigo, como afirma Clausewitz (1996), pois isso só ocorreria por meio da aniquilação. Além disso, as forças armadas empregadas na guerra não são mais restritas a um exército, mas também ao envolvimento de outros atores, com isso a autora sugere uma definição para as guerras hodiernas: “guerra é ‘um ato de violência envolvendo dois ou mais grupos atrelados por termos políticos’”<sup>1</sup> (KALDOR, 2010, p. 274). Essa definição abre duas possibilidades para a análise da guerra: tanto a teoria de Clausewitz (1996) de que grandes espasmos de violência levariam a extremos, quanto a guerra como um empreendimento mútuo em que as partes precisam seguir com a guerra, com isso ela se torna longa e inconclusiva (KALDOR, 2010). As novas guerras são um empreendimento lucrativo - econômica ou politicamente - e os grupos que se beneficiam precisam de inimigos, as batalhas ocorrem com pouca frequência e a violência é por vezes direcionada aos civis. Nesse sentido, o objetivo da guerra não é derrotar o inimigo, a insegurança e a violência geradas pela guerra mantêm os interesses dos grupos envolvidos (KALDOR, 2010).

A trindade de Clausewitz (1996) é uma estrutura de análise que separa os elementos pessoas, comandante e seu exército e governo; para as novas guerras a trindade ainda é relevante em termos de demonstrar como questões étnicas e sociais estão conectadas na guerra, porém, tornou-se difícil diferenciar civis de combatentes nessas novas guerras, uma vez que os atores envolvidos no embate podem ser tanto estatais quanto não estatais (KALDOR, 2010, p. 277). Outra distinção teórica que está atrelada à trindade é a questão política, que para as guerras clássicas seria formulada pelo Estado e possuiria objetivos claros, já as novas guerras são movidas por políticas de identidade; segundo Kaldor (2010), as novas guerras são sobre mobilização política, sobre adquirir poder e não buscar objetivos políticos.

Nesse sentido, observa-se que a guerra estatal não é a única manifestação de como as guerras ocorrem. A conflitividade abordada no capítulo ‘o povo em armas’ apresenta a noção de que atores não estatais estão presentes nas guerras. Kaldor (2010) ainda demonstra que as guerras podem possuir atores cujos objetivos estão desassociados do Estado. Neste trabalho,

---

<sup>1</sup> No original: “*War is ‘an act of violence involving two or more organised groups framed in political terms.’*”

será examinado, o conflito estatal entre Índia e Paquistão, em que os estados disputam a anexação de Jammu e Caxemira a seus respectivos territórios, assim como as motivações políticas e militares dos Estados estão pautadas nesse interesse. Paquistão e Índia já estiveram envolvidos em quatro disputas estatais, sendo três dessas pela Caxemira, pode-se considerar a situação do Paquistão, que por possuir menos recursos que a Índia utiliza insurgentes para enfraquecer seu oponente. Assim, para compreender a totalidade do conflito em estudo, faz-se necessário investigar outras formas de guerra que não seguem estritamente a noção regular da conflitividade.

## 1.2 DA GUERRA IRREGULAR

A guerra irregular, em contraste com a guerra convencional, é caracterizada como irregular devido a presença de entidades políticas não estatais armadas envolvidas na guerra, que possuem uma assimetria entre os atores, a força empregada e os recursos disponíveis (GRAY, 2007; HAHLEWEG, 2008). “A guerra irregular é, de qualquer maneira, guerra. E guerra ‘real’ não um ‘substituto da guerra’, nem ‘uma guerra por procuração’ (HEYDTE, s.d., n.p. *apud* VISACRO, 2009, p. 22), é uma guerra em que as regras não são bem estabelecidas, não existem padrões ou teorias que a abarquem. Os conceitos existentes sobre guerra irregular demonstram que essa supera o ambiente militar com atuação de forças nativas por meio de sabotagem, guerrilhas, subversão e terrorismo (VISACRO, 2009).

A conjuntura para ocorrência desse tipo de combate é influenciada pelos fatores políticos, psicossociais, econômicos, históricos, culturais, os quais impactam nas motivações, atores e dinâmicas do conflito (VISACRO, 2009). Porém, a guerra irregular não é um resultado apenas dos objetivos políticos presentes na beligerância, como na guerra clássica em que este determina a força aplicada e o objetivo militar, ela também é uma forma de organização militar com táticas e estilos de combate próprios. Estados podem acabar utilizando esse tipo de guerra e alguns possuem forças treinadas para esse tipo de combate (GRAY, 2007). Para uma guerra irregular ocorrer é necessário “um ambiente que seja, ao mesmo tempo, propício à manifestação da violência social e sensível a seus impactos. Cada ambiente deve ser objeto de um estudo particularizado” (VISACRO, 2009, p. 226), uma vez que cada conflito possui elementos que influenciam em sua natureza e meios utilizados.

Segundo Colin Gray (2007), nos últimos dois séculos a guerra irregular não era entendida como violência politicamente organizada, mesmo sendo frequente e muitíssimo violenta. Foi somente após esses 200 anos que grandes potências tornaram as atividades

irregulares a principal estratégia da era e após o 11 de setembro que a guerra irregular foi priorizada pelos Estados. Nesse sentido, muitos países treinam forças regulares para lutarem de forma irregular, essas forças especiais são treinadas para atuarem em situações que divergem das que ocorreriam em uma guerra regular. Por vezes, essas unidades utilizam não somente a guerrilha, mas também o terrorismo e em suas atuações dispensam o uniforme oficial. Esse fenômeno, segundo o autor, ocorre devido à guerra irregular não precisar de um caráter político estrito para ocorrer, ela pode ser vista apenas como táticas de combate.

Visacro (2009) aponta a problemática em identificar as particularidades dos conflitos irregulares e elenca três questões que podem influenciar o estabelecimento de um ambiente propício a eles. Em primeiro lugar, a propensão estrutural é um fator social em que existem condições para o surgimento de movimentos coletivos que realizam protestos ou propõem alternativas de poder. Em segundo lugar, a tensão estrutural<sup>2</sup> do sistema cria circunstâncias para manifestação desses movimentos. Por fim, em terceiro lugar, a difusão de crenças generalizadas cria símbolos para abarcar as ações e o discurso dos grupos não estatais (VISACRO, 2009). A exemplo disso, pode-se observar os grupos irregulares que atuam no âmbito do conflito indo-paquistanês pela Caxemira: o fator social que contribuiu ao surgimento de movimentos sucedeu no vale antes da independência da região do império britânico, em que grupos muçulmanos já buscavam defender seus direitos e iam contra a exploração de sua comunidade; a tensão estrutural pode ser percebida no sistema que existia na região em que os muçulmanos serviam as elites, muitas vezes sem compensação, os colocando em situação de grave pobreza; já a difusão de crenças se inicia pela luta por direitos da população muçulmana e, mais a frente, estará associada a defesa do Islã. Essas questões serão tratadas mais a fundo no próximo capítulo.

O autor ainda elenca dezesseis fatores que favorecem o estabelecimento da guerra irregular, sendo apresentados os elementos que mais condizem com o escopo deste trabalho: (1) em primeiro lugar, a ausência do Estado é um fator que contribui para o surgimento de forças irregulares, porque há um vazio de poder que é preenchido por determinados grupos; (2) além disso, em segundo lugar, a ausência de uma tradição institucional também contribui para um cenário violento, uma vez que as instituições políticas não possuem legitimidade; (3) um terceiro fator que pode contribuir é a experiência do povo em conflitos que possuem um resultado positivo, com isso, determinado grupo possui certa confiança em pegar em armas; (4)

---

<sup>2</sup> Tensão estrutural, para Visacro (2009, p. 226), “[...] produz as condições prévias para a manifestação de contradições econômicas, sociais e culturais em que se vão inscrever os movimentos coletivos.”

conflitos étnicos e religiosos também são um fator determinante, pois essas motivações são uma força motriz forte para atitudes extremas e beligerantes. Questões desse escopo não devem ser vistas como um elemento secundário na guerra irregular, mas também não são a motivação principal, elas constituem o propósito que leva à ocorrência das guerras irregulares (VISACRO, 2009).

As guerras irregulares, diferentemente das guerras convencionais, não possuem como objetivo central desarmar o inimigo ou enfraquecer suas forças armadas, a característica central desse tipo de conflito está no apoio da população. Clausewitz (1996) não associou as paixões inflamadas ao povo em sua trindade sem um motivo, o apoio popular é um auxílio tático que corrobora nas operações das forças irregulares. Esses grupos utilizam propagandas e ferramentas psicológicas para converter o povo as suas ideologias - criando um apoio ativo minoritário - e ao mesmo tempo, eles levam violência às comunidades perpetrando ataques, seja a grupos específicos ou a algo com valor psicológico - gerando um apoio passivo da maior parte da população. A atuação das forças irregulares pode contribuir para

um ciclo crescente de violência, por meio de ataques seletivos contra determinados segmentos da comunidade e colaboradores inimigos. Esses atos, normalmente, geram represálias violentas e medidas de repressão excessivas que cerceiam os direitos civis e colocam, a médio prazo, a população local contra as forças governamentais ou forças estrangeiras de ocupação (VISACRO, 2009, p. 239).

Nesse sentido, as forças regulares devem reforçar a segurança da população em regiões de atuação de grupos irregulares, além de realizar uma propaganda, demonstrando os objetivos das operações, atribuindo credibilidade às atuações das forças militares e conferindo legitimidade às ações (GRAY, 2007; VISACRO, 2009).

Outra característica da guerra irregular é o não protagonismo das forças armadas, esse tipo de conflito possui traços psicossociais, econômicos, políticos e diplomáticos, vencer uma batalha não é o objetivo central desse embate, diferentemente da guerra convencional clausewitziana. Nesse ínterim, embates diretos não são comuns, ou recomendados, às forças irregulares, por possuírem uma inferioridade bélica, elas utilizam processos indiretos, como o terrorismo ou a subversão. A estratégia, nesse sentido, está em desgastar o inimigo, não o obrigar a realizar sua vontade como na guerra clássica. Por não realizar ações diretas na guerra, os grupos armados irregulares podem realizar grandes pausas nas suas atuações, como Clausewitz (1996) apontou que era mais favorável realizar pausas na decorrência da guerra do que ter grandes perdas. Com isso, nota-se que as ações na guerra irregular carregam um grande valor psicológico, mesmo com menores perdas materiais, mas que se alastram ao decorrer do tempo como objetivo de exaurir as forças oponentes (VISACRO, 2009).

Devido à assimetria de forças, na guerra irregular, busca-se enfraquecer as forças convencionais por meio de manobras breves, mas que garantem uma superioridade momentânea, realizando ataque a pontos fracos identificados pela inteligência - rede de informantes - e pela população local (GRAY, 2007; VISACRO, 2009). O combate irregular também pode ser utilizado como apoio às ações militares, ele representa uma economia de forças, pois impede a ocorrência de conflitos tradicionais “visto que patrocinar a guerra irregular em território alheio se torna economicamente oneroso, militarmente menos arriscado e politicamente menos desgastante do que empreender uma campanha convencional” (VISACRO, 2009, p. 251).

Existem fases presentes no desenvolvimento da guerra irregular. Inicialmente, a fase das lutas enfatiza a expansão, ações clandestinas, baixo apoio da população, ausência de um apoio material e desenvolvimento da inteligência. Com o progresso das forças irregulares, elas passam a realizar operações mais robustas, já possuem determinado apoio popular, exercem influência política e possuem uma inteligência bem desenvolvida. O tempo é um fator determinante à atuação das forças irregulares, elas não somente se desenvolvem melhor com o passar do tempo, mas também o utilizam como ferramenta estratégica para adquirir vantagem na batalha, porém, em nível tático, as forças regulares possuem a vantagem em um conflito que se estenda por muito tempo (VISACRO, 2009).

A guerrilha e o terrorismo são táticas de luta empregadas pelas forças irregulares que são compelidas a utilizarem o conflito irregular por não possuírem poder o suficiente para lutarem em uma guerra regular. Por vezes os grupos terroristas passam a praticar ações similares às dos grupos guerrilheiros e esses grupos podem, também, utilizar práticas do terror em suas abordagens (GRAY, 2007). As guerrilhas dependem do apoio local e do conhecimento doméstico; estas buscam exaurir o inimigo e podem ser usadas como distração para as forças regulares. Lawrence Freedman (2013, p. 179) aponta que, nesse cenário, as guerrilhas seriam melhor empregadas, uma vez que seria difícil para essas forças terem êxito atuando sozinhas. A guerra irregular, por não possuir uma teoria de ação, tem, em sua prática, possibilidades irrestritas de abordagens do conflito. Outro aspecto da ação em combates irregulares é o ataque a civis, os governos não são os únicos alvos dos insurgentes (GRAY, 2007; VISACRO 2009).

As operações de guerra irregular ocorrem por diversos meios. Pode-se destacar a subversão como a manipulação psicológica, que pode ou não ser aparente ou utilizar armamentos, e busca impactar a sociedade e enfraquecer as estruturas estatais. A guerra de guerrilhas utiliza o apoio da população, conhecimento do terreno para praticar emboscadas e propaganda armada; ela não ocorre somente no âmbito militar, pois pode impactar a política,

economia e a sociedade. Já o terrorismo é um ato de violência dotado de motivação política, que é praticado por forças irregulares para influir no seu objetivo político (GRAY, 2007). A sabotagem é uma ação com objetivo de prejudicar o desempenho de alguma instituição estatal ou sistema econômico ou político; assim como terrorismo, a sabotagem é “um conjunto de técnicas ou recurso largamente empregado na subversão e na guerra de guerrilhas, não constituindo uma operação de guerra irregular por si própria” (VISACRO, 2009, p. 261).

As forças irregulares atuam nessas operações de guerra, seja nos embates armados, seja na inteligência. Elas buscam atingir seus objetivos políticos, mas, como esse tipo de conflito não possui normas ou padrões, podem-se elencar alguns objetivos desses grupos, como: sobreviver, expandir a capacidade militar, conseguir suprimentos, desgastar o inimigo etc. Cada grupo possui uma abordagem de ação, e seus apoios para o desenvolvimento de suas atividades, como as redes de apoio que contribui para a difusão das forças irregulares. As células terroristas precisam de pouco recurso e organização para perpetuar seus objetivos. Os grupos de guerrilha possuem um maior poder de luta, precisam de um constante suprimento de armas e medicamentos; as estratégias a serem adotadas consistem em infligir ataques às forças regulares a fim de enfraquecer a opinião pública sobre o governo, vão atacar civis para demonstrar que o Estado não consegue proteger sua população (GRAY, 2007; VISACRO, 2009).

A guerra irregular, portanto, é uma guerra de forças assimétricas que não possui nenhuma regra ou teoria de ação. Os combatentes utilizam esse tipo de guerra por ausência de outro recurso e não dependem de uma força regular para atuarem. Esta é fortemente influenciada pelos objetivos políticos, apoio popular e desgaste do inimigo. Nas guerras irregulares podem atuar grupos terroristas e guerrilheiros que utilizam a subversão, sabotagem e terror para impor suas vontades e impactar os aspectos psicossociais, econômicos e políticos da sociedade. A guerra por moldes irregulares e assimétricos busca desestabilizar a legitimidade de entes políticos para impor sua vontade e ganhar apoio popular (GRAY, 2007; VISACRO, 2009). Com base nas noções de guerra convencional e guerra irregular busca-se traçar as características da guerra por procuração. A atuação irregular está presente nesse tipo de conflitividade que pode coexistir em outros conflitos.

### 1.3 DA GUERRA POR PROCURAÇÃO

As transformações na natureza da guerra ocorridas da guerra clausewitziana para guerra irregular trouxeram novos aspectos para a conflitividade. A guerra não precisa se encaixar em moldes para impactar os objetivos políticos, essa se encontra em transformação, podendo-se destacar

O fim da Segunda Guerra Mundial inaugurou a era nuclear, acentuando fortemente os riscos associados a ir à guerra ou desafiar a segurança de uma nação nuclear. Este paradoxo de estabilidade/instabilidade induzido pelas armas nucleares indiscutivelmente levou as nações a encontrar saídas alternativas para suas ambições estratégicas, as quais as consequências eram contidas, mas as recompensas tangíveis (MUMFORD, 2013, p. 03, tradução nossa)<sup>3</sup>.

A obsolescência das guerras convencionais é resultado da dissuasão causada pela ascensão das armas nucleares, passou-se, então, a evitar esse tipo de conflito e, com isso, houve o aprimoramento das guerras por procuração. As superpotências passaram a projetar sua influência nos países do Terceiro Mundo por meio de um mecanismo que não gerava grandes consequências a elas. Essas municiavam outros Estados com armas e treinamento militar e terceirizavam as forças combatentes para projetar seus objetivos estratégicos e evitar a ocorrência de uma guerra convencional, mais violenta e dispendiosa (GROH, 2019; MUMFORD, 2013). A literatura acerca das guerras por procuração destaca o período após Segunda Guerra Mundial, porém, “a guerra por procuração já existe há muito tempo, e as razões para o uso de procuradores para intervir indiretamente em outro Estado não mudaram fundamentalmente” (GROH, 2019, p. 49, tradução nossa)<sup>4</sup>.

Assim, uma ferramenta para influenciar um embate é a intervenção indireta, que para Tyrone Groh (2019, p. 26, tradução nossa) “[...] fornece a um suposto interventor a oportunidade de influenciar os assuntos políticos de outro Estado em face das barreiras percebidas que impedem um Estado de intervir diretamente”<sup>5</sup>. Nesse ínterim, existem quatro fatores, segundo o autor, que levam os Estados a buscarem a intervenção indireta: em primeiro lugar, a possibilidade de o conflito escalar caso se envolva diretamente no embate; em segundo lugar, a ausência de apoio doméstico para uma intervenção; a terceira barreira seria a falta de assistência internacional que impactaria nos benefícios que poderiam ser atingidos pela atuação direta; e por fim, a incapacidade de realizar uma ação direta. Desta forma, é necessário que o interventor escolha entre possuir um maior controle das ações ou ocultar o seu envolvimento no embate e, conseqüentemente, reduzir seu controle. Nesse contexto, a guerra por procuração se apresenta como uma possibilidade de equilíbrio entre coordenar a atuação no conflito ao

---

<sup>3</sup> No original: “*The end of the Second World War ushered in the nuclear era, starkly accentuating the risks associated with going to war or challenging the security of a nuclear nation. This nuclear weapon- induced stability/instability paradox arguably caused nations to find alternative outlets for their strategic ambitions, where the consequences were contained yet the rewards tangible.*”

<sup>4</sup> No original: “*Proxy war has been around for a long time, and the reasons for using proxies to indirectly intervene in another state have not fundamentally changed.*”

<sup>5</sup> No original: “[...] *provides a would-be intervener with an opportunity to influence the political affairs of another state in the face of perceived barriers that bar a state from directly intervening.*”

mesmo tempo em que oculta a sua participação, para Groh (2019, p. 26), isso pode ser percebido como a opção ‘menos pior’.

Intervir em outro país pode gerar uma grande comoção da opinião pública, ser visto como arriscado, pois a vitória não é garantida, além disso, a operação pode ser violenta e ainda ser percebida como um desperdício de recursos militares. Por outro lado, não intervir faz com que o Estado lide com as consequências das atuações de seu inimigo e pareça fraco por não fazer nada. Assim, intervir indiretamente é uma solução vista pelos Estados, pois se encontra entre não fazer nada e intervir diretamente, permite a terceirização das forças de atuação militar e ainda é possível atuar secretamente, nesse sentido, pode-se destacar duas opções de intervenção: doar assistência e guerra de procuração (GROH, 2019).

A principal questão que diferencia as categorias de doação de assistência e guerra por procuração, segundo Groh (2019), é que o primeiro não busca controlar as ações dos grupos que recebem a assistência nem possui como objetivo influenciar as questões políticas que permeiam o embate, mas concede ao ator local a autonomia de influenciar esses assuntos. Já a guerra por procuração, segundo o autor, se diferencia da doação de assistência devido a dois fatores importantes. O primeiro deles apresenta que a procuração é uma intervenção militar – com possível uso da força – e possui o objetivo de impactar as questões políticas de outro Estado, na medida em que o interventor utiliza atores locais ou estatais para realizar o uso dessa força. A segunda questão apresenta que a relação entre os atores por procuração e o Estado interventor é de subordinação, o procurador dobra seus interesses ao do interventor, uma vez que não consegue atuar sozinho. É importante considerar que o ator apoiado pela procuração não é isento de motivações e nem sempre todas as suas vontades vão de encontro com as do Estado que o patrocina.

As intervenções indiretas podem ser vistas como um mecanismo menos violento e custoso para influenciar conflitos, porém, pode-se apontar alguns riscos associados às guerras por procuração: “uma das dinâmicas mais preocupantes das guerras por procuração continua a ser a maneira pela qual elas possuem a capacidade de potencialmente escalar conflitos locais em guerras maiores” (MUMFORD, 2013, p. 20, tradução nossa)<sup>6</sup>. Essa influência pode contribuir para proliferação de armas e até mesmo o crescimento do conflito para além das fronteiras originais. Além do mais, dificilmente as guerras por procuração são uma política de baixo custo, os Estados interventores possuem uma relação hierárquica com os atores

---

<sup>6</sup>No original: “Yet one of the most concerning dynamics of proxy wars remains the way in which they possess the capacity to potentially escalate localized conflict into larger wars.”



procuradores, e envolvem um maior comprometimento destes para conseguir obter o resultado desejado (GROH, 2019; MUMFORD, 2013).

As guerras por procuração podem ser definidas, portanto, como a influência de terceiros - Estados ou grupos não estatais armados - sob patrocínio de um Estado interventor ou um ator não estatal, esses atores são politicamente motivados e obtêm benefícios ao influenciar os resultados da conflitividade (GROH, 2019; MUMFORD, 2013; RONDEAUX; STERMAN, 2019). Andrew Mumford (2013), com o objetivo de não confundir a definição de guerra por procuração com outras atividades de intervenção, apresenta que estas não são uma forma de '*covert action*', uma vez que "[...] requer que um Estado coloque operações de inteligência ou forças especiais dentro de outro país" (MUMFORD, 2013, p. 24, tradução nossa)<sup>7</sup>, o que é visto pelo ator como intervenção direta. Porém, a literatura acerca de operações de guerra por procuração utiliza termos envolvendo '*covert war*', como '*covert operation*' e '*covert warfare*', e se aproxima da definição apresentada por Austin Carson (2018, p. 01, tradução nossa) de que uma "[...] *covert military intervention*, na qual uma potência externa fornece secretamente assistência militar durante uma guerra"<sup>8</sup>. Além de buscar ocultar a atuação de um patrocinador, a intervenção secreta oculta o papel que a força externa exerce no conflito, a guerra por procuração não é uma estratégia em que suas ações são expostas, na procuração existe a possibilidade de o interventor atuar secretamente, uma vez que este não assumiria que está buscando influenciar a política de outro Estado. No contexto em estudo percebe-se que as operações secretas ocorrem no âmbito das guerras por procuração, podendo ser vista como uma ferramenta utilizada pelos interventores.

Ao apontar as características deste tipo de guerra faz-se importante destacar a estrutura da relação existente entre o ator interveniente, aquele que subsidia, e os atores que operam por procuração. O ator interveniente precisa estar mais envolvido nas operações, uma vez que busca alcançar seus interesses por meio destas, portanto, pode-se compreender que essa estratégia não é isenta de riscos e não possui um baixo custo (GROH, 2019). Outro aspecto importante é que a influência de terceiros não pode ser confundida por alianças, por mais que alguns atores no conflito por procuração tenham sido aliados, a conexão entre eles é diferente nessa conjuntura, as relações são oportunistas e são pautadas na percepção comum de ameaças e objetivos políticos (MUMFORD, 2013).

O impacto do uso das guerras por procuração pode gerar aos atores envolvidos

---

<sup>7</sup> No original: "[...] requires a state to place intelligence or special forces operatives inside another country."

<sup>8</sup> No original: "[...] *covert military intervention*, in which an external power secretly provides military assistance during a war."

[...] dependência em longo prazo entre o ator interveniente e o procurador (politicamente e financeiramente); um alongamento e/ou intensificação da guerra original na qual a intervenção foi buscada; e a criação de qualquer transbordamento de conflito além dos limites iniciais da guerra ou um ‘contragolpe’ não intencional para os participantes, uma vez que a guerra acabar (MUMFORD, 2013, p. 105, tradução nossa)<sup>9</sup>

Os atores procuradores criam um vínculo de dependência que mantém a estabilidade política da região, ou seja, os conflitos nos quais ocorrem a procuração passam a depender dessa influência indireta. Nesse sentido, pode-se supor que as guerras por procuração contribuem para o fim do conflito ou para a diminuição de sua violência, porém, elas prolongam o conflito por causa do grande fluxo de armas; essa ferramenta dá motivos para a guerra continuar e não estabelecer um cessar-fogo. Além do mais, essa relação de curto prazo entre o interventor e o ator que realiza a procuração gera consequências de longo prazo que podem voltar para o ator não envolvido diretamente, devido à grande violência e dependência provocada por ela. Por isso as guerras por procuração são suscetíveis a transbordar para seus vizinhos ou para os atores intervenientes (MUMFORD, 2013; RONDEAUX; STERMAN, 2019).

Em relação aos atores envolvidos nas guerras por procuração, podem ser apontadas quatro relações que se sustentam por esse mecanismo: um Estado que usa outro Estado, um Estado que usa um ator não estatal, um ator não estatal usa um Estado e um ator não estatal usa outro ator não estatal. Durante a Guerra Fria, as guerras de procuração passaram a ser utilizadas pelas grandes potências como forma de projeção de poder; princípios ideológicos e estratégicos são os principais elementos que motivam os Estados a utilizarem essa política. Já a atuação dos atores não estatais faz parte da estratégia de Estados, esses atores atuam por terceirização, recebem materiais e treinamentos para atuar pelos intervenientes (MUMFORD, 2013).

Assim como não existe apenas uma configuração de atores envolvidos na guerra por procuração, também não existe somente um fator a ser considerado ao lutá-la. Em razão desse tipo de guerra poder ocorrer em consonância com outros tipos de guerra, precisa-se de elementos que são comuns às conflitividades, como o *manpower*<sup>10</sup>, os atores procuradores atuam a incrementar os combatentes em campo. A provisão de materiais militares é um dos principais canais que os interventores usam para procuração, fornecimento de tecnologias militares, armas e munições é um dos caminhos para influenciar o resultado dos conflitos; o

---

<sup>9</sup> No original: “[...] *dependence in the long run between the benefactor and the proxy (politically and financially); an elongation and/or intensification of the original war in which intervention was sought; and the creation of either conflict overspill beyond the initial boundaries of the war or unintended ‘blowback’ for the participants once the war has ended.*”

<sup>10</sup> *Manpower*, nesse sentido, remete às pessoas que estão disponíveis para atuar no conflito, forças militares ou insurgentes.

auxílio financeiro é outro mecanismo utilizado para auxiliar a ocorrência da procuração. Um último fator a ser considerado é a provisão de assistência não militar, essa é um mecanismo de *soft power* que pode ocorrer por propagandas, ou - por meios menos brandos - como a coerção e imposição de ideologias (MUMFORD, 2013).

No âmbito deste projeto será considerado que a guerra por procuração pode ser o resultado de um ambiente em que a guerra clássica e a guerra irregular coexistem, como será apresentado no conflito da Caxemira. A procuração, como será demonstrado, é uma ferramenta para complementar o que falta no contexto do conflito regular - equiparar as forças do Paquistão às indianas - e no conflito irregular - os recursos dos grupos não estatais da região não seriam suficientes para lidar com a Índia. Assim, será analisado que em meio aos conflitos interestatais indo-paquistaneses ocorre a utilização da procuração e da guerra irregular será a partir desses conceitos que se buscará compreender como a guerra por procuração se desenvolveu na questão da Caxemira.

Um exemplo de guerra por procuração que pode ser observado é a influência do Irã no Iraque. Desde 2003, o Irã busca influenciar a segurança e a política doméstica iraquiana, além de opor as ações estadunidenses no território, para atingir seus objetivos o governo iraniano utiliza atores por procuração. O uso desses atores passou a ser um programa do governo do Iraque, em 2014, intitulado *Popular Mobilisation Units* (PMU), este é composto por diversas milícias independentes, de diversas origens e motivações, que recebem fundos e armas. Os grupos sob apoio do PMU recebem salário do governo do Iraque e as armas de origem iraniana são fornecidas pelo governo iraquiano, desta forma, o Irã consegue se distanciar desses grupos sem perder sua influência (IISS, 2019).

A guerra por procuração iraniana elucida os diversos atores procuradores que podem estar presentes nesse tipo de conflitividade. Em primeiro, lugar existem os grupos cuja motivação está pautada em sua ideologia, estes buscam lutar contra a influência estadunidense e o Estado Islâmico (ISIS, na sigla em inglês). o Estado procurador considera esses grupos os mais confiáveis, uma vez que romper com o Irã iria contra as motivações desses grupos. Já os movimentos políticos buscam adaptar a ideologia iraniana à realidade do Iraque, estes se preocupam com o cenário doméstico e não são tão confiáveis quanto os militantes ideológicos para defender qualquer objetivo do Irã. Com a implementação do PMU, grupos menores passaram a receber apoio para suas atuações, muitos destes passaram a ser dependentes do governo iraniano e suas posições são vistas como oportunistas por adotarem uma agenda ideológica similar à de Teerã, não por motivações próprias, mas para benefício próprio. Além desses grupos, milícias pró-Irã estão presentes nas forças tradicionais de segurança, essas

contribuem com a estratégia por procuração fornecendo informações da inteligência. Devido à presença iraniana desde 2003, o Iraque não é detentor do monopólio do uso da força em seu próprio Estado, mesmo com a derrota do ISIS, o PMU encontrará outras motivações para atuar no território (IISS, 2019)

Este capítulo buscou apresentar as teorias de guerra clássica, irregular e por procuração a fim de estabelecer uma base teórica para analisar o conflito indo-paquistanês pela Caxemira, em especial a utilização da procuração em meio a conflitividade. Em primeiro lugar foi-se definida a guerra clássica, que segundo Clausewitz (1996), é um ato de força que possui como objetivo impor ao inimigo a nossa vontade. Além do mais, o objetivo político é o propósito inicial da guerra e pode influenciar o objetivo militar e a força despendida. Em seguida, a guerra irregular foi definida, esse tipo de conflitividade não possui regras bem definidas e possui a presença de grupos não estatais armados. Essa se manifesta por meio das guerrilhas, sabotagem, terrorismo, subversão e possui táticas de combate próprios. Ademais, não são somente os fatores políticos que a influenciam, mas também questões históricas, econômicas, psicossociais e culturais. Por fim, a guerra por procuração é uma intervenção militar em que terceiros são utilizados sob patrocínio de um ator interventor cujo objetivo é influenciar as questões políticas de outro Estado. A procuração é utilizada como uma forma menos violenta de influenciar em conflitos, mas esta pode contribuir para o aumento da violência no embate.

Consoante as características apresentadas, as guerras por procuração podem ser vistas como uma junção de aspectos da guerra convencional e da guerra irregular. É um tipo de conflito que busca desgastar as forças inimigas, por meio da atuação de grupos apoiados por atores intervenientes que fornecem armas e treinamento para o combate. As guerras por procuração podem ser vistas como uma opção, em curto prazo, para evitar a ocorrência de conflitos mais violentos e dispendiosos, mas a implementação dessa política por muito tempo provoca uma dependência dos atores intervenientes, como visto na procuração Irã-Iraque, além de existir a possibilidade de aumentar a violência e levá-la a influir em outros países (GROH, 2019; MUMFORD, 2013). A partir desses três conceitos de guerra será analisado o conflito territorial da Caxemira entre Índia e Paquistão, partindo do seu início até a utilização das guerras de procuração como estratégia para influenciar a conflitividade.

## **2 O CONFLITO NA CAXEMIRA ENTRE 1947 E 1980: A PRIMEIRA FASE DA PROCURAÇÃO**

O principal objetivo deste capítulo é realizar um estudo da guerra por procuração no embate entre a Índia e o Paquistão pela Caxemira entre 1947 e 1980. O recorte temporal escolhido neste capítulo abarca o início da disputa territorial entre os países, passando pela operação Gibraltar e *Grand Slam* e se estende até antes do início de uma nova fase da procuração paquistanesa. Observar o conflito por uma certa linearidade histórica permite contemplar como a procuração se desenvolveu com o passar do tempo. A exemplo disso pode-se contrastar a procuração no início do conflito e como em 1979 após o auxílio paquistanês aos Estados Unidos na guerra do Afeganistão inicia-se uma fase mais organizada da procuração na década de 1980.

Neste capítulo é observada a história do território de Jammu e Caxemira desde sua integração ao Império Britânico no subcontinente indiano ao fim do período colonial e a sua consequente disputa territorial entre as duas novas nações: Índia e Paquistão. Em primeiro lugar são observados os acontecimentos que levaram à guerra de 1947, além do início dos movimentos políticos da região. A segunda seção possui enfoque na nova fase da estratégia por procuração paquistanesa, a implementação das operações Gibraltar e *Grand Slam*, bem como a guerra que sucedeu essas operações. Além disso, são apresentados os principais desenvolvimentos da década de 1970, como o conflito de Bangladesh e a participação paquistanesa na guerra do Afeganistão.

### **2.1 A FORMAÇÃO DA CAXEMIRA E A PRIMEIRA DISPUTA INDO-PAQUISTANESA**

A história da Caxemira pode ser datada desde 1586, quando governantes do Império Mogol da Índia, admirados pelas belezas naturais da região, a anexaram a seus domínios e a chamaram de paraíso. O território himalaio está localizado ao norte do subcontinente indiano, faz fronteira com a Índia, Paquistão, China e Afeganistão e corresponde às regiões de Jammu, Caxemira e Ladakh (BOSE, 2007). No início do século XIX, um príncipe da etnia Sikh, Ranjit Singh, havia estabelecido um pequeno império do norte ao noroeste da Índia e um dos príncipes de sua corte, o hindu da dinastia Dogra, Gulab Singh, lutou contra as tentativas britânicas de findar o controle Sikh após a morte de Ranjit. Nos anos de 1820 e 1830 os domínios de Singh se estenderam para Jammu, Ladakh e outras regiões himalaias; em 1846, adquiriu do império

britânico, através do Tratado de Amritsar<sup>11</sup>, a posse do Vale da Caxemira, passando a ser um dos marajás<sup>12</sup> Estados principescos da Índia britânica. O tratado concedeu a Gulab Singh o território em troca de certa quantia em dinheiro e a disposição de suas forças militares aos britânicos. Além de oferecer ao império anualmente um cavalo, doze cabras e três pares de xales de caxemira em reconhecimento a sua supremacia (BOSE, 2003).

A dinastia Dogra constitui um estado de imensa desigualdade entre a população Hindu, Sikh e a maioria muçulmana. A Caxemira não era o único caso em que o governante pertencia a uma religião e a maioria da população a outra, porém, a desigualdade presente na região era profunda. Por um século de domínio Dogra foi mantido um sistema medieval, em que a população muçulmana servia as elites, muitas vezes sem compensação. Isso fazia com que os muçulmanos da região se encontrassem em uma situação de grave pobreza e que não permitia a ascensão social.

Até o final da década de 1920, a ausência de protesto popular contra essa situação foi tipicamente atribuída ao que o estudioso britânico Alastair Lamb descreveu como ‘a natureza excepcionalmente dócil do campesinato no Vale’ - uma visão consistente com a teoria de Tyndale Biscoe de um povo cuja ‘masculinidade’ foi esmagada pela exploração (BOSE, 2003, p. 18, tradução nossa)<sup>13</sup>.

A mobilização política na Caxemira teve seu início na década de 1930, quando imigrantes da Caxemira criaram o fórum *All-India Kashmir Muslim Conference*, que passou a conceder bolsa de estudos para os jovens muçulmanos do Vale (BOSE, 2003). Com objetivo de defender os interesses muçulmanos na Caxemira como oportunidades educacionais, políticas, profissionais e das instituições religiosas, a organização buscava unir todos os muçulmanos da região (CHOWDHARY, 2016). Sumantra Bose (2003) apresenta que, a partir desse fórum, surgiram líderes políticos que estariam à frente de manifestações em prol da população da Caxemira. O primeiro marco político na região ocorreu em 1931, após um grupo de jovens muçulmanos tentar levar ao marajá uma lista de queixas, o que resultou em uma violenta represália policial e na morte de vinte e uma pessoas. Esse evento desencadeou uma série de reformas pela melhoria da qualidade de vida da população muçulmana, como reformas no sistema educacional, nas taxações e na posse de terras, com objetivo de:

[...] tornar a vida um pouco mais suportável para as massas muçulmanas e fornecer oportunidades para o pequeno, mas cada vez mais expressivo, extrato de jovens

<sup>11</sup> O governo britânico, por meio do Tratado de Amritsar, transferiu a Gulab Singh e seus herdeiros masculinos a posse do Vale da Caxemira e a região de Gilgit (BOSE, 2003).

<sup>12</sup> Marajás eram governantes dos estados principescos (BOSE, 2003).

<sup>13</sup> No original: “Until the end of the 1920s, the absence of popular protest against this state of affairs was typically attributed to what the British scholar Alastair Lamb described as ‘the exceptionally docile nature of the peasantry in the Vale’—a view consistent with Tyndale Biscoe’s theory of a people whose ‘manhood’ had been crushed by exploitation.”

educados e nervosos que estavam fazendo reivindicações em seu nome (BOSE, 2003, p. 20, tradução nossa)<sup>14</sup>.

Pode-se perceber esse acontecimento como um exemplo das três questões que constituem um ambiente propício para o desenvolvimento de um conflito irregular apresentadas por Visacro (2009): a propensão estrutural pode ser identificada no surgimento do fórum; a tensão estrutural está na realidade que o fórum busca alterar, em que os caxemires não possuíam representação política; e a difusão de crenças pode ser vista não somente na luta por direitos da população da região, mas também no estabelecimento de estruturas que forneciam educação e oportunidade de trabalho.

Em 1932, o primeiro partido político da região, o *All-Jammu and Kashmir Muslim Conference* (MC), foi fundado com objetivo de direcionar o crescente movimento político da região. Após o estabelecimento do partido, foi proposta uma mudança em sua ideologia base passando a convidar Hindus e Sikhs para a luta de libertação da região, assim o partido passou a ser chamado de *All-Jammu and Kashmir National Conference* (NC). O NC defendia a libertação da dominação hindu do Vale, não ignorando a majoritária população muçulmana, mas ressaltando também a cultura e tradição da região (BOSE, 2003).

O NC abriu sua adesão a todas as comunidades e reafirmou seu compromisso de resolver os problemas do campesinato e artesãos, dando assim não apenas uma orientação étnica multidimensional, mas também uma base socioeconômica mais ampla para o nacionalismo da Caxemira (CHOWDHARY, 2016, p. viii, tradução nossa)<sup>15</sup>.

Nesse sentido, pode-se destacar o movimento *Quit Kashmir* (Sair da Caxemira) apresentado pelo manifesto elaborado em 1944, chamado *Naya Kashmir* (Nova Caxemira), em que buscava acabar com o Tratado de Amritsar e propunha uma grande reforma agrária em detrimento da concentração de terras pela elite hindu (BOSE, 2003). Segundo Rekha Chowdhary (2016), o manifesto demonstrou, também, a mudança de discurso do NC, de religioso para político buscando o crescimento econômico da região; a partir da reforma agrária seria possível lutar contra a pobreza do campesinato da Caxemira, acabando com o sistema feudal e capacitando os trabalhadores. O movimento desencadeou uma série de protestos pela derrubada do regime Dogra, em 1946, e acarretou uma repressão militar extrema do governo.

---

<sup>14</sup> No original: “[...] to make life somewhat more bearable for the Muslim masses and provide opportunities to the small but increasingly vocal stratum of educated, angry young men who were advancing demands on their behalf.”

<sup>15</sup> No original: “The NC opened its membership to all communities and affirmed its commitment to address the problems of the peasantry and artisans, thus giving not only a multidimensional ethnic orientation but also wider a socio-economic base to Kashmiri nationalism.”

Os protestos findaram com a prisão dos principais líderes do NC e, em 1947, os políticos que defendiam Jammu e Caxemira estavam presos ou escondidos (BOSE, 2003).

Após quase 100 anos de governo da linhagem de Gulab Singh, em 1947, o Tratado de Amritsar terminou com a descolonização do subcontinente indiano da coroa britânica. Dessa forma, foram estabelecidos dois novos Estados: a Índia, com a população majoritariamente constituída por hindus, e o Paquistão, de maioria muçulmana. As demais regiões que estavam sob o domínio indireto britânico, denominadas *princely states*<sup>16</sup>, e seus governantes deveriam escolher a qual nova nação se uniriam baseados em critérios de continuidade territorial e o desejo da população. Porém, no caso da Caxemira, sua geografia se assemelha tanto à Índia quanto ao Paquistão, apesar de haver uma conexão territorial mais acentuada com as províncias paquistanesas, também possuía transporte, relações comerciais e numerosos emigrantes da Caxemira na região de maioria muçulmana. As questões que favoreciam a união do território à Índia estavam, primeiramente, na “predominância do NC, um movimento regionalista da Caxemira com laços com a esquerda, elementos republicanos no Congresso Nacional Indiano, no vale da Caxemira [...]” (BOSE, 2003, p. 31, tradução nossa)<sup>17</sup>. Além disso, o governante da região, o marajá Hari Singh, a quem cabia a decisão do destino da região, era Hindu e poderia favorecer os 23% da população constituída por Hindus, Budistas e Sikhs em detrimento de 77% de uma população muçulmana (BOSE, 2003; EFSAS, 2017).

Em princípio, o Marajá não pretendia unir a região a nenhum dos dois estados recém-criados, e sim torná-la uma nação independente, porém, ao notar as fortes intenções dos vizinhos em anexar a Caxemira, percebeu-se a impossibilidade de sustentar essa ambição. Então, Hari Singh demonstrava-se disposto a negociar com o Paquistão para preservar seus privilégios, uma vez que o congresso indiano desprezava os governantes principescos (BOSE, 2007, p. 167). Antes que o Marajá se posicionasse em relação a qual nação o território se uniria, em 1947, camponeses muçulmanos da região de Poonch se recusaram a pagar impostos punitivos por realizarem protestos contra o Marajá para os proprietários de terras hindus, gerando uma violenta resposta desses. A fim de auxiliar os camponeses, o Paquistão invadiu as províncias de Jammu e Caxemira por meio de seu exército regular e de membros armados das tribos da Província de Fronteira Noroeste do Paquistão (cuja sigla em inglês e mais usual na literatura é NWFP, ou *North-West Frontier Province*) (BOSE, 2003, 2007; LOVASS;

<sup>16</sup> *Princely States*, ou estados principescos, eram unidades que constituíam a ideia britânica de ‘governo indireto’ na Índia. Essas unidades eram governadas pelos Marajás e variavam de pequenos principados a grandes feudos (BOSE, 2003).

<sup>17</sup> No original: [...] *the predominance of the NC, a Kashmiri regionalist movement with ties to left-wing, republican elements in the Indian National Congress, in the Kashmir Valley [...]*.



MASTRONE; SKAFTE; WIEDERKEHR, 200-?). O império britânico recrutava soldados nas regiões de NWFP, Poonch e oeste de Punjab, portanto, a região estava cheia de soldados recém-treinados, que retiraram suas famílias da região e lutaram contra o regime de Singh (BOSE, 2003).

Swami (2007) aponta que, em 1947, antes do marajá Hari Singh assinar o Instrumento de Adesão<sup>18</sup> que concedeu à Índia o controle da região, o Paquistão já desconfiava de uma maior proximidade do governante da Caxemira com o governo indiano, então, coube ao Major-General paquistanês Akbar Khan organizar uma invasão secreta ao território. A proposta de Khan originou o documento *'Armed Revolt Inside Kashmir'*, que foi aprovado por diversos líderes políticos do Paquistão, inclusive pelo primeiro-ministro. O plano consistia em utilizar forças irregulares, ex-soldados e um pequeno número de funcionários da ativa, equipados com 4.000 rifles e munição transferidos secretamente do exército – já usados em Jammu e Caxemira –, de modo que “qualquer ação era para ser de natureza não oficial, e nenhuma tropa ou oficiais paquistaneses deveriam ter uma parte ativa sobre ela”, a realidade era muito diferente” (SWAMI, 2007, p. 21, tradução nossa)<sup>19</sup>. Na prática, os Oficiais das Forças Aéreas forneceram armas, munições e roupas de inverno, enquanto isso, o funcionário público Abdul Rahim arrecadou fundos, voluntários e armas para realizar a invasão à Caxemira.

Em outubro, a invasão alcançou as proximidades da capital da Caxemira, Srinagar. Prevendo a derrota de suas forças armadas, o Marajá pediu ajuda ao governo indiano, que assumiu controle da comunicação, defesa e relações exteriores da região. Por conseguinte, a primeira guerra entre Índia e Paquistão pelo território de Jammu e Caxemira teve início com a assinatura do Instrumento de Adesão, em 26 de outubro de 1947 (AHMED; CHAKMA, 2012). Por meio do instrumento assinado por Hari Singh, lhe foi concedida autoridade legítima sob a região, para que as ações de Nova Deli fossem vistas como defesa do território nacional e não intervenção externa (GANGULY, 1998; BOSE, 2007). Inicialmente as tropas indianas encontraram dificuldade de atuar contra as forças do NWFP no Vale da Caxemira:

Descobriram que estavam lidando com um corpo organizado de homens armados com máquinas-metralhadoras e morteiros médios e leves, e liderados por comandantes totalmente familiarizados com as táticas modernas e uso do solo e possuindo “considerável habilidade de engenharia”. (DASGUPTA, 1968, p.113 *apud* BOSE, 2003, p.37, tradução nossa)<sup>20</sup>

<sup>18</sup> O Instrumento de Adesão foi o documento assinado pelo Marajá que cedeu à Índia jurisdição sob a defesa, comunicações e relações exteriores do território de Jammu e Caxemira (AHMED; CHAKMA, 2012)..

<sup>19</sup> No original: “[...] any action was to be of an unofficial nature, and no Pakistani troops or officers were to take an active part on it, the reality was very different.”

<sup>20</sup> No original: “discovered that they were dealing with an organized body of men armed with medium and light machine-guns and mortars and led by commanders thoroughly conversant with modern tactics and use of ground” and possessing “considerable engineering skill.”

O exército indiano conseguiu evitar o avanço da invasão devido, primeiramente, à falta de apoio da população aos invasores, já que estes estavam realizando saques, assassinatos e estupros contra os cidadãos muçulmanos. Segundo Bose (2007), outra questão que concedeu êxito à atuação das tropas indianas foi o apoio recebido dos membros e da base apoiadora do NC. Nesse sentido, em agosto de 1948, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou uma resolução que solicitava a retirada do exército paquistanês e previa um plebiscito para que a população da Caxemira escolhesse a qual Estado o território se uniria, no entanto, esse plebiscito nunca ocorreu. Além disso, um governo de emergência foi estabelecido, definindo o Sheikh Abdullah, líder do movimento contra o Marajá, como Primeiro Ministro (BOSE, 2003, 2007; EFSAS, 2017). O cessar-fogo entre os Estados foi estabelecido somente em primeiro de janeiro de 1949 e determinou o controle de 65% da região à Índia e o restante do território ao Paquistão (EFSAS, 2017).

A atuação do NWFP na guerra de 1947 foi a opção pragmática adotada pelo Paquistão, uma vez que o país não possuía recursos militares suficientes para se engajar em um conflito (SWAMI, 2007). Segundo Swami (2007), os militantes atuaram de forma similar a de um falcão: “[o] falcão voa alto no céu, fora de perigo; ele voa sem parar até que ele vê sua presa e então ele desce sobre ela para um ataque poderoso e, quando ele tiver sua presa, ele não espera, ele voa de uma vez para algum lugar distante [...]” (SWAMI, 2007, p. 44, tradução nossa)<sup>21</sup>. Em meio ao conflito entre Índia e Paquistão, pode-se perceber que a existência de um conflito com caráter irregular e a atuação de grupos não estatais por procuração ocorreram em meio ao conflito estatal. A região já se encontrava em um ambiente propício para a manifestação popular, devido aos anos de repressão hindu contra a população muçulmana e o Paquistão se aproveitou desse sentimento. Assim como apresentado por Groh (2019) acerca dos objetivos da procuração, o Paquistão buscou impor suas vontades e influenciar no conflito pela Caxemira com a utilização de insurgentes, a exemplo da atuação do NWFP na primeira guerra indo-paquistanesa. Como Clausewitz (1996), apresentou, a utilização de civis no embate pode ser uma vantagem inicialmente, como foi o caso da atuação do NWFP, mas devido a falta de apoio popular a operação não teve grande sucesso e não foi capaz de evitar a escalada do conflito.

A primeira guerra indo-paquistanesa foi o primeiro exemplo de diversas empreitadas sob apoio do Paquistão, que irão ocorrer no âmbito do conflito. Essas ações não possuem

---

<sup>21</sup>No original: “*The hawk flies high in the sky, out of danger; he flies round and round until he sees his prey and then he swoops down on it for one mighty strike and when he has got his prey, he does not wait around, he flies off at once to some far-off quiet place [...].*”

somente uma natureza religiosa, em defesa da população muçulmana, mas são um instrumento de política, “um negócio bem-organizado com respaldo do Estado (...) temos, na prática, que tratar com um Estado que faz uma guerra informal, mas, no entanto, uma guerra” (DASGUPTA, 2002, p.102 *apud* SWAMI, 2007, p, 24, tradução nossa)<sup>22</sup>. O Paquistão se encontrava preparado para manter uma campanha por procuração na Caxemira; após a independência, a inteligência indiana estava enfraquecida e sem meios de monitorar os acontecimentos no território, então, as forças irregulares apoiadas pelo Paquistão encontraram um caminho para atuarem sem muitos impedimentos. Nesse sentido, a alternativa vista pelo Major General Khan, conselheiro militar do primeiro-ministro do Paquistão, para impor alguma pressão sobre a Índia, seria apoiar o povo da Caxemira internamente com dinheiro, propaganda e armas, para em algum momento os caxemires serem capazes de se mobilizar contra a Índia. As operações por procuração eram vistas como uma forma de contestar o domínio indiano de Jammu e Caxemira, já que, “na verdade, a Caxemira tem sido parte integrante da ideia do Paquistão desde a sua concepção no início dos anos 1930, a ponto de a letra ‘k’ no termo *Pakistan* denotar *Kashmir*” (BOSE, 2007, p. 167, tradução nossa)<sup>23</sup> e após a experiência da primeira guerra, Islamabad percebeu que não poderia ganhar da Índia sozinho (SWAMI, 2007).

## 2.2 O DESENVOLVIMENTO DA PROCURAÇÃO E AS OPERAÇÕES GIBRALTAR E GRAND SLAM

Após a guerra de 1947, o Major General Khan redigiu um tratado que pedia auxílio para uma rebelião armada na Caxemira e cinco mil cópias foram publicadas. Os planos consistiam no emprego de 500 homens treinados em guerrilha e sabotagem, vestidos como locais, os quais só teriam consigo dinamite, uma faca e uma pistola, para defesa pessoal e não entrariam em embate com tropas, seus alvos seriam pontes, fios e transportes sem proteção. Após perceber que o Escritório de Inteligência indiano se encontrava em estado de abandono, Islamabad considerou um bom momento para utilizar procuradores (SWAMI, 2007). Segundo Swami (2007, p. 26, tradução nossa),

---

<sup>22</sup> No original: “*a well-organized business with the backing of the State... we have in effect to deal with a State carrying out an informal war, but nevertheless a war.*”

<sup>23</sup> No original: “*Indeed, Kashmir has been integral to the idea of Pakistan ever since its inception in the early 1930s, to the extent that the letter “k” in the term Pakistan denotes Kashmir.*”

O apoio do Paquistão dessa atividade secreta<sup>24</sup> serviu a um propósito totalmente racional: adquirir Jammu e Caxemira permaneceu uma possibilidade real, apesar do fim da guerra de 1947-1948, e a guerra sub convencional em apoio aos seus objetivos políticos, era a única influência que tinha nas partes do estado que a Índia agora controlava.<sup>25</sup>

Por mais que o governo paquistanês buscasse evitar um conflito direto com seu vizinho por meio da procuração, em 1951, a atividade dos insurgentes quase escalou para um conflito mais violento. A segunda ocasião que o Paquistão utilizou procuradores foi em 1951, no contexto das eleições para a Assembleia Constituinte de Jammu e Caxemira, em que o Estado temia a completa anexação da Caxemira pela Índia. Nesse ínterim, iniciou-se o que Swami (2007) afirmou ser a primeira operação por procuração pós-guerra, com ataques a estruturas do governo e pontes, mas os envolvidos acabaram condenados pela Índia e foram as primeiras “[...] alegações legalmente apoiadas por autoridades indianas de patrocínio secreto do Paquistão de terrorismo na Índia” (SWAMI, 2007, p. 27, tradução nossa)<sup>26</sup>. Em 1953, oficiais da contraespionagem indiana afirmaram que as ações subversivas continuavam a acontecer, essas operações coincidiram com as ações da Índia para maior integração da Caxemira a seu Estado, insatisfazendo os muçulmanos da região. O líder de uma organização próxima a *Lashkar-e-Taiba* afirmou que a disputa entre Índia e Paquistão por Jammu e Caxemira é uma oposição de duas ideologias diferentes e antagônicas “o Islã, por um lado, e descrença (*kufr*), por outro” (SWAMI, 2007, p. 37, tradução nossa)<sup>27</sup>. Essa afirmação estaria por trás das motivações dos grupos que atuam por procuração no conflito.

Entre 1951 e 1952, as operações paquistanesas estavam preparadas para a possibilidade da escalada de uma guerra convencional, apesar desta não ter acontecido, a situação na *Cease-fire Line* (CFL) ficou instável e, em 1955, uma patrulha paquistanesa atravessou a linha e atacou civis e militares. Apesar da utilização da procuração em suas empreitadas com objetivo de impedir um conflito direto entre os Estados, o conflito entre Índia e Paquistão poderia a qualquer momento se tornar um embate direto. As operações por procuração paquistanesas na Caxemira buscaram principalmente atrapalhar a integração de Jammu e Caxemira à Índia

---

<sup>24</sup> Swami (2007) utiliza em sua obra termos como ‘operações secretas’, ‘*covert operation*’, ‘guerra informal’ para se referir às operações por procuração, dessa forma, esses termos serão encontrados no trabalho, mas se referem à estratégia paquistanesa de guerra por procuração.

<sup>25</sup> No original: “*Pakistan’s support of such covert activity served a wholly rational purpose: acquiring Jammu and Kashmir remained a real possibility despite the end of the war of 1947–1948, and sub-conventional warfare in support of its political objectives was the sole leverage it had in the parts of the state India now controlled.*”

<sup>26</sup> No original: “[...] *legally supported allegations by Indian authorities of Pakistani covert sponsorship of terrorism in India*”

<sup>27</sup> No original: “*Islam, on the one hand, and disbelief (kufr), on the other.*”

(SWAMI, 2007). A união da Caxemira à Índia foi constitucionalizada por meio do artigo 370<sup>28</sup>, recebendo um *status* especial, porém, grupos nacionalistas hindus da Caxemira exigiram a integração completa do território à Índia. Essa demanda criou embates entre o governo indiano e o Primeiro-Ministro da Caxemira Sheikh Abdullah, que foi deposto e preso em 1953. Mesmo com o cessar-fogo instituído, as tropas paquistanesas permaneceram na fronteira entre as regiões de controle de cada Estado intitulada *Cease-fire Line* (BOSE, 2003).

Em 1954, o Paquistão se uniu ao Pacto de Bagdá<sup>29</sup> e a *South East Asian Treaty Organization* (SEATO)<sup>30</sup>, alianças regionais de segurança patrocinadas pelos Estados Unidos a fim de se fortalecer econômica e militarmente contra a Índia, que estava endurecendo seu domínio no Vale. Enquanto o Paquistão recebia apoio norte-americano, Nova Deli foi apoiada pela União Soviética, que alterou sua política externa a favor da nação indiana. Exemplo disso, em 1957, o governo soviético vetou “a aprovação de uma resolução do Conselho de Segurança que buscava reafirmar a necessidade de um referendo supervisionado internacionalmente para resolver a questão de soberania” (BOSE, 2007, p. 174, tradução nossa)<sup>31</sup> da Caxemira. Ahmed e Chakma (2012) destacam como a rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética (URSS) impactou a região sul asiática e, em especial, o território da Caxemira. Devido à região estar em um ponto estratégico próximo da União Soviética, os dois Estados perceberam o território como um local para a instalação de bases militares. Além disso, desde a invasão do NWFP ao território, em 1947, a URSS tem observado a Caxemira, não somente como um local estratégico, mas também como uma porta de entrada para o comunismo soviético no subcontinente indiano. A Caxemira seria um local utilizado para a expansão comunista e, portanto, Moscou direcionava sua atenção à região.

Em 1957, o grupo sob mando de Bagh Ali, agente do Escritório de Inteligência Paquistanês (*Pakistan's Intelligence Bureau*), realizou sua primeira operação: um bombardeio à principal avenida comercial em Jammu. Além disso, antes de seus integrantes serem presos, o grupo efetuou outros quatro ataques contra alvos militares. Uma ação de cunho terrorista foi perpetrada pelo grupo de Abdul Rahim contra um templo, com o objetivo de instigar a violência

---

<sup>28</sup> O artigo 370 da constituição indiana concede a Caxemira um status especial e sua integração completa à Índia (BOSE, 2003; GANGULY, 2003).

<sup>29</sup> O Pacto de Bagdá constituiu uma organização de segurança mútua formada a pedido do Reino Unido e dos Estados Unidos, entre 1955 e 1979. O pacto tinha como propósito refrear a expansão soviética nas regiões de produção de petróleo no Oriente Médio (BRITANNICA, 2014).

<sup>30</sup> SEATO é uma organização de defesa regional que existiu entre 1955 e 1977. Integrada pela Austrália, França, Nova Zelândia, Paquistão, Filipinas, Tailândia, Reino Unido e Estados Unidos tinha como objetivo proteger o Sudoeste asiático da expansão comunista (BRITANNICA, 2020).

<sup>31</sup> No original: “[...] *the passage of a Security Council resolution that sought to reaffirm the necessity of an internationally supervised referendum to settle the sovereignty question.*”

entre muçulmanos e hindus. A ação quase atingiu seu objetivo após assassinar um importante líder hindu e ferir outros em um ataque a bomba. Diversos outros ataques foram orquestrados para incitar a violência comunitária, porém, o Escritório de Inteligência Paquistanesa encontrou pouco sucesso nesses ataques ocasionais, não conseguindo instigar movimentos populares contra a Índia. O governo militar de Ayub Khan assumiu o Paquistão em 1958, adotou uma agenda de revisão das políticas militares na Caxemira e passou a tomar uma posição mais incisiva acerca dos objetivos do país. Este planejou a Operação Gibraltar, aproveitando-se de uma onda de manifestações da comunidade muçulmana e da vulnerabilidade militar do exército indiano após a guerra Sino-Indiana para iniciar os ataques na região (SWAMI, 2007).

Segundo Swami (2007, p. 46, tradução nossa), a guerra informal que teve início em 1947 “[...] deu o tom para o engajamento da Índia-Paquistão em Jammu e Caxemira nos próximos anos, muito mais, talvez, do que a primeira guerra Índia-Paquistão”<sup>32</sup>. Contraditoriamente, esta primeira fase de atuações por procuração, na década de 1950, possivelmente falhou em consequência do sucesso de suas ações, uma vez que resultou em respostas mais severas da Índia. Entre o início dos anos 1960 até meados dessa década, começou a segunda fase das atuações de guerra por procuração, estas uniam noções da *jihad* e tinham como objetivo instigar rebelião em massa na Caxemira. As ações nesse período foram lideradas pela *Master Cell* e outras organizações secretas subsidiárias, cuja composição social era um reflexo dos esforços do NC em promover a educação no território: grande parte dos membros eram estudantes, empregados do governo, entre outros, e nenhum deles era camponês. A *Master Cell* passou a representar as vontades de uma nova classe urbana, que estava ascendendo socialmente, mas não possuía representação política e seria parte das ações militares paquistanesas em 1965.

Para Arthur Anunciação (2013), o autor que melhor apresenta uma definição para o *jihad* é Brachman (2009) que afirma que baseada em uma visão extremista dos princípios islâmicos, que busca proteger o Islã dos não muçulmanos, a ideologia jihadista utilizam a violência para proteger seus ideais. Ademais, é preciso compreender que o *jihad* como uma visão mais extrema dos ensinamentos do Alcorão emergiu no contexto da guerra do Afeganistão, a violência presente nessa ideologia se daria a instigação de líderes religiosos e militares (ANUNCIÇÃO, 2013). Com isso, pode-se compreender que em Jammu e Caxemira o *Jihad* pode ser percebido “[...] enquanto uma ideologia de guerra santa que buscava expressar

---

<sup>32</sup> No original: “[...] set the tone for India-Pakistan engagement on Jammu and Kashmir over the coming years, far more so, perhaps, than the first India-Pakistan war.”

a vontade de um indivíduo e ou de um grupo da sociedade em busca de seus direitos e verdades contra o governo Indiano em prol do Paquistão ou de uma Caxemira livre” (ANUNCIAÇÃO, 2013, p. 80); é a partir dessa concepção o Paquistão explora esse sentimento para estabelecer sua guerra por procuração.

No início de 1965, o novo regime paquistanês “recebeu do governo do Estados Unidos novos tanques Patton M48 e o Ministro das Relações Exteriores paquistanês, Bhutto, ‘propôs a libertação da Caxemira [...]’” (WOLPERT, 2010, p. 32 apud LOVASS; MASTRONE; SKAFTE; WIEDERKEHR, 200-?, p. tradução nossa)<sup>33</sup>. Nesse período, forças regulares do Paquistão e organizações como a *Master Cell*, realizaram diversos ataques na fronteira com a Índia, “de janeiro a maio de 1965, a Índia registrou 1347 violações do cessar-fogo do Paquistão, comparada com 522 durante o mesmo período no ano anterior” (SWAMI, 2007, p. 60, tradução nossa)<sup>34</sup>. O exército indiano respondeu e houve embates diretos entre as duas forças, porém, em maio, as ofensivas já haviam sido findadas e, em junho, o acordo de cessar-fogo foi assinado. Contudo, em agosto do mesmo ano a Operação Gibraltar foi lançada pelo Paquistão e contou com a ação de grupos insurgentes; cada companhia possuía em média 120 voluntários que lutavam em nome do *jihad*, estes receberam treinamento na Caxemira paquistanesa que consistia em técnicas de combate irregular e sabotagem. Inicialmente 30 mil irregulares se infiltraram pela CFL a fim de estabelecer uma condição para que a ação das tropas do Paquistão fosse possível. Essa primeira onda também buscava instigar uma rebelião local, uma vez que, antes da operação ser instaurada, houve um levante popular devido ao sumiço de uma relíquia sagrada, com isso o governo paquistanês acreditou que os caxemires estavam prontos para se envolverem com revoltas (EFSAS, 2017, TAYLOR, 2004). Entretanto, além de não receber apoio da população, o aliado que esperavam ter ao cruzar a fronteira denunciou as ações paquistanesas para a polícia indiana e, conseqüentemente, as autoridades militares foram informadas (TAYLOR, 2004).

A operação começou a perder força, de modo que forças adicionais precisaram ser enviadas para compensar o dano causado pela Índia. Alguns militares acreditavam que o Paquistão deveria aceitar a derrota, mas o Ministro dos Negócios Exteriores insistiu em seguir com planos de ação. Nesse ínterim, uma segunda fase da Operação Gibraltar teve início, a Operação Grand Slam, que “foi mal planejada e teve problemas adicionais em sua execução”

---

<sup>33</sup> No original: “[...] received new M48 Patton tanks from the U.S. and the Pakistani Minister of Foreign Affairs, Bhutto, ‘proposed the liberation of Kashmir [...].’”

<sup>34</sup> No original: “From January to May 1965, India recorded 1347 cease-fire violations by Pakistan, compared to 522 during the same period of the previous year.”

(TAYLOR, 2004, p. 33, tradução nossa)<sup>35</sup>. Assim que a nova operação se iniciou, as tropas indianas agiram em retaliação e, diferentemente do que os estrategistas paquistaneses acreditavam, o conflito não se restringiu apenas à região de Jammu e Caxemira, regiões do Paquistão foram alvo das ações da Índia. Dias após o início da operação, a China se posicionou em apoio ao Paquistão. O Reino Unido respondeu que, caso houvesse intervenção chinesa, ele se uniria aos Estados Unidos para dar apoio ao governo indiano. Dessa forma, a operação que iniciou com a ação de grupos por procuração poderia resultar em uma guerra de escala global. O Paquistão, sabendo que não possuía condições de se envolver em uma guerra regular, recusou a oferta de ajuda da China (NEVES, 2010, SWAMI, 2007).

Enquanto a guerra de 1965 ocorria, a *Master Cell* se ocupava com: (1) propagandas contra o governo da Caxemira e cooptação do povo para derrubar o mesmo. Em poucos dias, estudantes de diversas faculdades de Srinagar participaram de uma greve que resultou na entrega de um memorando para o *United Nations Military Observer Group* (UMOGIP) afirmando que a população da Caxemira apoiava os procuradores do Paquistão; (2) greves, como a dos estudantes do *Government Medical College* que resultou no uso de granadas contra as forças policiais e outras ações violentas; (3) promoção de atos de terrorismo e insurgência a fim de estabelecer uma infraestrutura para a guerra por procuração do Paquistão; (4) a reunião de apoio social, moral e monetário para os que lutavam em nome do Paquistão pela Caxemira. Membros importantes da *Master Cell* foram presos em 1966, assim, a célula foi desligada, em depoimento foi apresentado que o Paquistão possuía planos para enviar “onda após onda de infiltradores” (SWAMI, 2007, p. 73, tradução nossa)<sup>36</sup> pela CFL.

Em suma, a segunda onda das operações por procuração apresentou diferenças significativas em relação à primeira: as tropas irregulares e do exército paquistanês agiram em conjunto, evitando a falta de comunicação entre as forças. Além disso, nessa onda, o treinamento foi fornecido constantemente em técnicas de guerrilha. O objetivo dessas atuações estava em colocar empecilhos nas comunicações e na logística da Índia para a Caxemira e fazer com que a Índia tivesse que lidar com operações de sabotagem durante o conflito. Em 22 de setembro, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 21 demandando cessar-fogo, além disso, um embargo de armas foi imposto pelos Estados Unidos e a União Soviética contra as nações envolvidas. Ao fim da guerra, as fronteiras da Caxemira ficaram as mesmas de antes do confronto, porém, a vida de milhares de soldados foi perdida (BOSE, 2007; EFSAS, 2017;

---

<sup>35</sup> No original: “were poorly planned and had additional problems in their execution [...]”

<sup>36</sup> No original: “wave after wave of infiltrators”



GANGULY, 1998; LOVASS; MASTRONE; SKAFTE; WIEDERKEHR, 200-?). Ademais, o propósito paquistanês de instigar uma rebelião popular com a Operação Gibraltar e a *Grand Slam* não se concretizou, para Swami (2007, p. 74, tradução nossa), “a guerra secreta não era em si adequada para capitalizar as condições como elas existiam no terreno e transformar elas em uma revolta em massa”<sup>37</sup>. Nesse sentido, o Paquistão precisava conceber uma nova estratégia para as futuras ações para a conquista de Jammu e Caxemira.

A guerra indo-paquistanesa de 1965 foi um sinal de que o confronto territorial da Caxemira não encontraria uma solução pacífica. Os conflitos entre a Índia e o Paquistão tiveram um novo episódio em 1971, quando os países entraram em guerra no contexto da Guerra de Libertação de Bangladesh. Nesse ínterim, a Índia defendia que o Paquistão Oriental se tornasse o Estado independente de Bangladesh, além disso, o país também deu suporte para guerrilhas que estavam atuando na guerra contra o Paquistão (LOVASS; MASTRONE; SKAFTE; WIEDERKEHR, 200-?). Essa terceira guerra entre as nações não produziu nenhum efeito direto sob a partição da Caxemira, mas “foi um empecilho para concluir a normalização nas relações” (SCHOFIELD, 2010, p. 117 *apud* LOVASS; MASTRONE; SKAFTE; WIEDERKEHR, 200-?, tradução nossa)<sup>38</sup>. Em 1972, os países assinaram o Acordo de Shimla, que definiu que as nações iriam resolver seus embates por meio de negociações ou quaisquer outras formas de soluções pacíficas com objetivo de evitar a internacionalização dos embates (BAKAYA; BHATTI, 2005; GANGULY, 1998). Além disso, a CFL foi renomeada para *Line of Control* (LOC), buscando estabelecer uma fronteira Índia-Paquistão, mas Islamabad discordou da determinação da LOC como uma espécie de fronteira oficial entre os países na Caxemira (BOSE, 2003).

Com o país fragilizado após uma terceira guerra, a Índia se deparou com um cenário de baixo crescimento econômico, mas a fim de superar o Paquistão, realizou seu primeiro teste nuclear em 1974 (GANGULY, 1999, p. 163 *apud* LOVASS; MASTRONE; SKAFTE; WIEDERKEHR, 200-?, p. 25). Ademais, a Índia tornou a Caxemira uma parte integrante do Estado podendo ter um controle mais ativo do território, a exemplo disso a possibilidade da criação de leis “para a prevenção de atividades voltadas para negar, questionar ou perturbar a soberania e integridade territorial da Índia” (SCHOFIELD, 2010 p. 123, tradução nossa)<sup>39</sup>. Nesse sentido, as tensões entre os vizinhos aumentaram, o Paquistão descontente com o novo

---

<sup>37</sup> No original: “*Covert warfare was not in itself adequate to capitalize on conditions as they existed on ground and transform them into a mass uprising.*”

<sup>38</sup> No original: “*it remained a stumbling block to complete normalization of relations.*”

<sup>39</sup> No original: “[...] *to the prevention of activities directed towards disclaiming, questioning, or disrupting the sovereignty and territorial integrity of India.*”

*status* da Caxemira buscou constituir uma capacidade nuclear em resposta aos testes realizados por Nova Delhi. O resultado da guerra de 1971 para o Paquistão foi desastroso, porém, em 1974, o país começou a ganhar destaque internacional por promover a união de Estados muçulmanos em uma conferência (LOVASS; MASTRONE; SKAFTE; WIEDERKEHR, 200-?).

Além do mais, no contexto da Guerra do Afeganistão, em 1979, o país foi visto como uma força antissoviética, uma vez que recebeu quatro milhões de refugiados e proveu abrigo, comida e armas por meio do *Pakistan's Inter-Services Intelligence Agency* (ISI), com auxílio dos Estados Unidos (LOVASS; MASTRONE; SKAFTE; WIEDERKEHR, 200-?, p. 24). Enquanto a União Soviética estava presente no Afeganistão, Islamabad passou a treinar insurgentes que lutavam em nome do Islã, essa experiência ensinou ao Paquistão duas lições: a primeira aponta que “um exército irregular, com o tipo certo de suporte, pode acabar com uma super potência a um custo relativamente baixo ao seu Estado patrono (SWAMI, 2007, p. 145)<sup>40</sup>; e a segunda apresenta que a guerra por procuração pode ser ajustada a um ponto em que não compensa iniciar uma guerra com o ator interventor (SWAMI, 2007). A partir dessa experiência a guerra por procuração paquistanesa adentrará uma nova fase na década de 1980 que será explorada no próximo capítulo.

O objetivo desse capítulo foi apresentar o início da procuração no conflito da Caxemira, além de ressaltar os principais eventos do recorte proposto. Foi contemplado uma breve apresentação histórica da região antes da independência do império britânico em que pode ser vista a situação dos muçulmanos sob a dominação hindu e os primeiros movimentos políticos de manifestação em defesa dos direitos da população muçulmana no vale. Além disso, foi demonstrado o primeiro conflito indo-paquistanês pelo território, como o Paquistão apoiou membros armados do NWFP para complementar suas forças ao lutar contra a Índia. A disputa entre os Estados não terminou com o cessar-fogo assinado em 1947 que dividiu a Caxemira entre os dois países, o governo paquistanês continuou a utilizar insurgentes na região. Nesse sentido o Paquistão orquestrou duas operações por procuração em 1965 que resultaram em um conflito interestatal indo-paquistanês que demonstrou que Islamabad precisa conceber uma nova estratégia para lutar contra a Índia. Ademais, foi brevemente apresentado o conflito entre Paquistão e Índia no contexto da Guerra de Libertação de Bangladesh com objetivo de demonstrar que a relação entre os países não se normalizariam tão cedo. Por fim, a participação

---

<sup>40</sup> No original: “[...] an irregular army, with the right kinds of support, could bleed a superpower at relatively little cost to its patron-state.”

paquistanesa na Guerra do Afeganistão foi exposta com intuito de demonstrar como essa experiência irá influenciar a guerra por procuração na década de 1980.

### 3 A ORGANIZAÇÃO DA GUERRA POR PROCURAÇÃO

O terceiro capítulo busca apresentar conflito da Caxemira entre 1980 e 2010, com enfoque na reestruturação que a estratégia passou na década de 1980. O recorte foi escolhido para abarcar as transformações na estratégia por procuração, além de observar como a maior organização dessa estratégia se manteve até 2010, esse ano foi escolhido como limítrofe da análise devido a literatura produzir mais informações até esse período.

O capítulo é dividido em quatro seções. A primeira busca apresentar a nova etapa da guerra por procuração iniciada na década de 1980, além disso discorre-se sobre os grupos insurgentes que atuam na região e as estruturas de sustentação da guerra por procuração, como as fontes econômicas, dos armamentos e ideológicas que estão por trás da procuração. A segunda seção trata da estratégia indiana para combater os insurgentes e como essa busca ganhar apoio da população da Caxemira para instaurar uma contra insurgência. Já a terceira seção discorre sobre os testes nucleares de 1999 e a guerra que sucedeu após a invasão da região de Kargil. Por fim, são apontados os principais acontecimentos do século XXI na Caxemira, até o ano de 2010.

#### 3.1 A RENOVADA ESTRATÉGIA POR PROCURAÇÃO E A INSURGÊNCIA NA CAXEMIRA (1980-1999)

No fim da década de 1980, ocorreram as eleições na Caxemira, em que o *National Conference* saiu vitorioso, porém, para os jovens muçulmanos do Vale, a presença desse partido no poder significava que a Índia continuaria a ter influência no território, que se encontrava com diversas tropas com base na região. Nesse ínterim, após a saída das tropas soviéticas do Afeganistão, o Paquistão voltou a atuar na Caxemira, deparando-se com a *Muslim Unietd Front of the Muslim youth in Kashimir* (Frente Unida Muçulmana da Juventude Muçulmana na Caxemira), e o ISI então passou a fornecer armas e treinamento para ajudar esses jovens a se libertarem da dominação indiana (LOVASS; MASTRONE; SKAFTE; WIEDERKEHR, 200-?). A experiência paquistanesa de guerra por procuração no Afeganistão, com auxílio dos Estados Unidos, foi fundamental para a implementação de novas estratégias na Caxemira (TAYLOR, 2004).

Segundo Simon Jones (2008), o maior desenvolvimento de uma consciência política da população da Caxemira foi essencial para o fomento de um sentimento anti-indiano aos muçulmanos da região. Aponta-se dois fatores principais que contribuíram para alterar a consciência política da população: a expansão dos sistemas educacionais e, conseqüentemente, a elevação de níveis de alfabetização, passando de 11,03%, em 1961, para 26,67%, em 1981.

Esse crescimento no número de alfabetizados contribuiu para um maior acesso aos meios de comunicação, o que auxiliou no entendimento da população acerca de sua situação política. Além disso, patrocinadas pelo governo paquistanês, surgiram diversas escolas muçulmanas denominadas *madrças*, as quais eram influenciadas pelo ISI e tinham como objetivo aumentar o descontentamento dos jovens muçulmanos com as autoridades indianas, instaurar ideais fundamentalistas em seus estudantes e, por fim, recrutá-los para lutar em nome do *jihad*.

Os anos de 1980 foram palco de diversas ações indianas que cercearam a autodeterminação dos caxemires e que contribuíram para a instauração de grupos militantes organizados na região. Nova Deli instaurou diversas políticas anti-separatistas, como o banimento de grupos secessionistas e o estabelecimento de leis, como *Terrorist and Disruptive Activities Prevention Act*, que tinha como objetivo impedir tanto a ação de grupos secessionistas quanto qualquer ação anti-Índia. O ápice das ações anti-separatistas realizadas pelo governo indiano foi o controle das eleições locais. Em 1987, o impedimento de eleições justas fez com que os grupos insurgentes realizassem ações de baixo nível de violência contra o país. Esse foi o início de diversos protestos e ações organizadas de violência que a polícia teve que controlar na Caxemira, essa onda de insatisfação contribuiu para que diversos jovens da região se unissem à militância (WAGENEN, 2004).

Nesse sentido, uma estratégia paquistanesa na Caxemira foi reestruturada. Essa estratégia consistiu no estabelecimento de uma guerra por procuração que, diferentemente do apoio a insurgência fornecidos em 1948 e 1965, foi planejada para que ocorresse de forma organizada e se estendesse em longo prazo, esta não ocorreria somente em episódios em que a Índia e o Paquistão estivessem em embate, ela aconteceria, também, para desgastar as forças indianas (TAYLOR, 2004). Ela se iniciou com a operação 'Topac', em meados de 1989, que foi concebida com objetivo de aproveitar os sentimentos religiosos, fundamentalistas e anti-indianos da população da Caxemira, já instigados durante a década de 1980, para criar condições para se estabelecer uma *jihad*. A ISI, devido a sua experiência com guerrilhas no Afeganistão, ficou responsável por executar o plano que consistia em: realizar insurgências, de nível mais leve, para interditar as redes de comunicação; efetuar sabotagem na linha fronteira entre a Caxemira indiana e a paquistanesa, atacar pontos estratégicos com a infiltração de mercenários; e, por fim, estimular o *jihad* para que fosse possível instaurar uma operação militar para obter o controle da região (KANWAL, 2008; NEVES, 2010). O principal objetivo da operação Topac consistia em desgastar o inimigo, como Visacro (2009) aponta ser um dos propósitos da guerra irregular, porém essas atuações foram concebidas pelo ISI e aplicadas

pelas forças apoiadas por ele, constituindo, assim, a opção ‘menos pior’ encontrada pelo Paquistão para impor sua vontade a Índia.

A mudança de estratégia paquistanesa ocorreu, não somente devido à experiência da Guerra do Afeganistão e o consequente estabelecimento de uma infraestrutura para o desenvolvimento de uma guerra por procuração na Caxemira, mas também devido à insatisfação com o controle do governo indiano na região. Além disso, a presença paquistanesa no Vale da Caxemira na década de 1980 era baixa e havia anos que a estratégia não era revisada. Segundo Taylor (2004), a estratégia por procuração possuía três riscos: em primeiro lugar, a experiência da Operação Gibraltar demonstrou o baixo apoio popular que esse tipo de ação recebe na Caxemira, portanto, o apoio dos locais não era algo garantido; em segundo lugar, a organização que o Paquistão apoiava a fim de manter a luta no Vale, a JKLF (*Jammu and Kashmir Liberation Front*), passou a defender a independência total do território, indo contra os objetivos do país; por fim, no início do estabelecimento da estratégia, o Paquistão estaria utilizando recursos estadunidenses, que deveriam ser empregados somente no Afeganistão.

Devido às derrotas do Paquistão nos embates contra a Índia, segundo Kanwall (2008), a nova estratégia buscava fazer seu oponente sangrar por mil cortes<sup>41</sup>, a fim de conquistar a anexação da Caxemira sem a ocorrência de uma guerra tradicional, por meio da qual a nação indiana teria vantagem. Groh (2019), apresenta que a procuração é utilizada devido a presença de barreiras que impossibilitam a atuação direta de um Estado no conflito, nesse ínterim, a superioridade militar indiana é um dos impedimentos que levam o Paquistão a apoiar a procuração. A guerra por procuração se tornou uma saída para enfraquecer econômica e militarmente a Índia, além de deslegitimar a autoridade política indiana. Enquanto a nação estivesse lidando com a guerra por procuração, o Paquistão poderia desenvolver seus mísseis e armamentos nucleares para alcançar o poderio do oponente e dissuadir qualquer guerra futura devido a sua capacidade militar (EFSAS, 2017; KANWAL, 2008). Para tal fim, o Paquistão explorou o sentimento religioso da população muçulmana da Caxemira, instigando a criação de grupos militantes e prometendo apoio moral, diplomático, além de apoio militar. Inicialmente, o Paquistão provinha o apoio “a todos os tipos de grupos, desde que os militantes estivessem lutando contra a autoridade indiana em Jammu e Caxemira. Gradualmente, o apoio mudou para

---

<sup>41</sup> Kanwall (2008), utiliza a expressão com objetivo de demonstrar que a guerra por procuração pretendia desgastar a Índia por meio de diversas operações e não somente por um grande embate.

grupos militantes pró-Paquistão os quais pretendiam lutar pela anexação de Jammu e Caxemira ao Paquistão” (EFSAS, 2017, 1.5, tradução nossa)<sup>42</sup>.

O uso desses grupos tem sido feito para gerar um maior custo a Índia no embate, após a experiência do ISI na guerra do Afeganistão, o conflito adquiriu uma motivação religiosa: “a influência do Paquistão é de tal medida que tanto os paquistaneses quanto os afegãos que não tinham ligação pessoal com a Caxemira juntaram-se aos caxemires em sua luta contra o domínio indiano unicamente por causa de sua motivação religiosa” (EFSAS, 2017, 1.6, tradução nossa)<sup>43</sup>. Além disso, com o passar do tempo, o Paquistão passou a recrutar militantes de outros países, como Iraque, Arábia Saudita e Líbia, que defendiam a causa religiosa (EFSAS, 2017; KANWAL, 2008). A utilização de insurgentes não-caxemires, segundo Taylor (2004), daria ao Paquistão um maior controle da guerra por procuração, uma vez que alguns grupos com origem na Caxemira defendiam a independência total do território.

A atuação de terceiros na guerra por procuração se tornou uma opção de baixo custo e risco para o exército do Paquistão, além do mais:

Até agora, o Paquistão, apesar das evidências crescentes, negou publicamente seu envolvimento na J&K<sup>44</sup>. Mas obviamente a organização, planejamento, levantamento de recursos, operações etc. na guerra por procuração não podem ser conduzidos sem o apoio logístico adequado. Apesar de sua precária situação social, política e econômica doméstica, o Paquistão tem sido bastante bem-sucedido nesse aspecto (BEHERA, 2001, p. 395, tradução nossa)<sup>45</sup>.

O apoio à insurgência na Caxemira, segundo Taylor (2004, p. 72, tradução nossa), “foi baseada em um amplo apoio de todo espectro político que inclui não apenas organizações islâmicas e militares, mas também políticos de formação ocidental”<sup>46</sup> do Paquistão. Edson Neves Júnior (2010) apresenta que o Paquistão buscou instaurar uma guerra por procuração, pois os embates tradicionais já haviam custado muito econômica, social e politicamente, de modo que passou a utilizar “grupos radicais criados na Caxemira e outros já existentes no Afeganistão e no Paquistão, que se deslocaram para região” (NEVES, 2010, p. 17). Esse novo

---

<sup>42</sup> No original: “*In the beginning their support was provided to all kinds of groups as long as the militants were fighting against Indian authority in Jammu and Kashmir. It gradually shifted its support towards pro-Pakistani militant groups which were willing to fight for the cause of annexation of Jammu and Kashmir with Pakistan.*”

<sup>43</sup> No original: “*The influence of Pakistan is to such an extent that Pakistanis as well as Afghans who had no personal connection with Kashmir joined Kashmiris in their fight against Indian rule solely because of their religious motivation.*”

<sup>44</sup> Jammu & Kashmir

<sup>45</sup> No original: “*So far, Pakistan, despite mounting evidence, has publicly denied its involvement in J&K. But obviously the organization, planning, raising of resources, operations, etc. in the proxy war cannot be conducted without adequate logistical back up. Despite its precarious domestic social, political and economic situation, Pakistan has been fairly successful in this regard.*”

<sup>46</sup> No original: “*[...] was based on broad support across the political spectrum that included not only Islamist organization and the military, but also Western-educated politicians [...].*”

movimento de insurgência não buscava garantir à Caxemira direitos democráticos, suas motivações estavam baseadas em questões ideológicas e religiosas, uma vez que a motivação democrática não foi o suficiente para levar o povo da Caxemira à luta. A guerra por procuração paquistanesa tinha como objetivo se apresentar como uma ferramenta para libertação dos muçulmanos do domínio da Índia e de diversas violações de direitos humanos do exército indiano (BAKAYA; BHATTI, 2005).

Ademais, podem ser observadas as estruturas de sustentação da guerra por procuração descritas por Ajay Behera (2008), as quais evoluíram com o conflito e foram essenciais para o Paquistão negar seu envolvimento com os insurgentes, justificar o caráter jihadista da luta e adquirir os recursos necessários para a guerra por procuração. Primeiramente, o autor aponta o fácil acesso a armas devido, não somente ao histórico conflito contra a Índia, mas também à militarização que o governo paquistanês tem passado durante toda sua existência, por efeito de diversos regimes militares que estiveram à frente do país, em especial quando passou a receber apoio estadunidense para atuar na Guerra do Afeganistão. Nesse sentido, “entre 1977 e 1987, uma grande proporção de armas destinadas as guerrilhas afegãs adentraram o mercado ilegal de armas” (BEHERA, 2008, p. 396, tradução nossa)<sup>47</sup>, outra fonte de armas está ligada à produção em indústrias caseiras na *North-West Frontier Province* (NWFP), capaz de produzir 100 armas leves por dia. Somando essas fontes de armamento, segundo Behera (2008) é estimado que existam dois milhões de armas em circulação no país e três milhões em estoques para grupos adquirirem.

A segunda estrutura que contribui com a guerra por procuração são os recursos provenientes do comércio ilegal de drogas. Segundo Behera (2008), as guerras por procuração que ocorreram no âmbito da Guerra Fria foram patrocinadas pelo dinheiro do tráfico ilegal de drogas, foi assim que a União Soviética sustentou a Guerra do Afeganistão. Durante o conflito a produção de ópio aumentou na região:

Os traficantes foram autorizados a explorar o apoio aos Mujahideen do Irã e Paquistão, usando esses países como rotas de trânsito. Os Mujahideen envolvidos no tráfico de drogas foram clandestinamente auxiliados pela Agência Central de Inteligência (CIA) e o ISI para adquirir mais armas. Os lucros do comércio de drogas foram reinvestidos para compra de mais armas (BEHERA, 2008, p. 398, tradução nossa)<sup>48</sup>.

---

<sup>47</sup> No original: “*Between 1977 and 1987, a large proportion of weapons meant for the Afghan guerillas filtered into the illegal arms market.*”

<sup>48</sup> No original: “*Traffickers were allowed to exploit the support to the Mujahideen by Iran and Pakistan, by using those countries as transit routes.*” *The Mujahideen's involved in the drug trade was clandestinely aided by the Central Intelligence Agency (CIA) and the ISI to procure more arms. Profits from the drug trade were ploughed back into buying more weapons.*”



O próprio Paquistão passou a produzir ópio e até 1989 foi responsável por 70% do fornecimento de heroína no mundo. Porém, com a saída da União Soviética do Afeganistão, a pressão estadunidense estava em reduzir a produção da droga no Paquistão, e entre 1989 e 1999 o cultivo caiu significativamente. Apesar do país ter reduzido sua cultura de ópio, as estruturas que estavam envolvidas no tráfico, como o controle do comércio de drogas do ISI e os barões da droga - que eram políticos, militares, donos de indústrias e empresários -, continuaram suas atividades com a presença do Talibã no Afeganistão. Os recursos do tráfico impactaram profundamente a sociedade paquistanesa, as operações do tráfico nos anos 1980 estão conectadas com as forças de segurança: o primeiro precisava de segurança para passar as drogas, e o segundo precisava do dinheiro fácil para sustentar suas operações. A inteligência indiana estima que aproximadamente dois milhões de dólares são gastos anualmente na guerra por procuração paquistanesa, nessa perspectiva um relatório da CIA publicado em 1993 demonstra uma clara ligação entre as agências de inteligência, traficantes de drogas e políticos com o terrorismo na Caxemira (BEHERA, 2008).

O terceiro pilar que contribui para a guerra por procuração em Jammu e Caxemira foi a vasta criação de madraças, fazendo às vezes de um sistema educacional tradicional. Com a diminuição de investimento no setor social, o governo paquistanês reduziu seus gastos com educação pública, assim, escolas religiosas passaram a ser a única instituição de ensino gratuita disponível. Na década de 1980 essas instituições foram aglutinadas à política, o governo do General Zia passou a apoiar essas escolas para se popularizar entre os partidos religiosos, assim estas passaram a receber financiamento - tanto de partidos quanto de grupos insurgentes - e se tornaram uma fonte de recrutamento de soldados para lutarem em nome do *jihad*. As diretrizes das madraças estão centradas no ensino religioso, assim os jovens formandos desta escola possuem dificuldade em se inserirem no mercado de trabalho, pois, após receberem ensinamentos deturpados do *jihad*, eram incitados a se unirem aos militantes (BEHERA, 2007).

Após compreender as estruturas de sustentação da guerra por procuração, faz-se importante identificar os principais grupos que atuam por procuração. Esses são apresentados na tabela a seguir.

**Tabela 1.** Grupos insurgentes da Caxemira

<b>Grupos Insurgentes</b>	<b>Ano de fundação</b>	<b>Motivação</b>	<b>Receberam apoio paquistanês</b>
Jammu and Kashmir Liberation Front (JKLF)	1964	Independência total da Caxemira	Até início dos anos 1990
Hezb-ul-Mujahideen (HM)	Início dos anos 1990	Anexação do território ao Paquistão	A partir dos anos 1990
Jaish-e-Mohammed (JeM)	1999	Anexação do território ao Paquistão	----
Lashkar-e-Taiba (LeT)	1990	Anexação do território ao Paquistão	A partir dos anos 1990

Fonte: Elaborada pela autora com base em Anunciação (2013), Anant (2009) e Neves (2010)

Pode-se observar que a propaganda pró-libertação da Caxemira passou a circular no território, na década de 1980, e transmitia que “[...] Paquistão para os caxemires significava Islã, e liberdade para os caxemires significava Paquistão” (BAKAYA, BHATTI, 2005, 1.31, tradução nossa)<sup>49</sup>. Os responsáveis por difundir esses ideais foi o grupo *Jammu Kashmir Liberation Force* (JKLF). Constituído em 1964, suas origens remetem à Frente Nacional de Libertação de Jammu e Caxemira, que era a ala armada do movimento pró-plebiscito de Sheikh Abdullah, mas as atuações desse movimento findaram em 1975. Desta forma, um ano depois, o JKLF foi constituído, este ainda defendia a realização de uma consulta popular acerca de qual deveria ser a situação da Caxemira, além de apoiar abertamente a anexação do território ao Paquistão. O grupo passou a se organizar militarmente entre 1987-1988 e, em 1988, realizou

<sup>49</sup> No original: “[...] Pakistan for Kashmiris meant Islam, and freedom for Kashmiris meant Pakistan.”

sua primeira operação contra prédios públicos na capital da Caxemira, Srinagar. Segundo Arpita Anant (2009, p. 762, tradução nossa), “o programa político do JKLF tem como premissa o direito dos caxemires à autodeterminação e é orientado pelas normas de liberdade de expressão, democracia e justiça social, bem-estar do Estado, direitos humanos e oportunidades iguais”<sup>50</sup>. No início dos anos 1990 o apoio paquistanês ao grupo findou, uma vez que este passou a defender a independência da Caxemira tanto da Índia quanto do Paquistão, o Estado dependia do JKLF por não possuir um grupo que fosse de origem caxemire, porém, isso mudou com a criação do *Hizbul Mujahideen* (HM, também encontrado na literatura como *Hezb-ul-Mujahideen*).

Nesse sentido, o Paquistão passou a priorizar na década de 1990 grupos que defendiam a anexação da Caxemira ao estado paquistanês em substituição ao *Jammu and Kashmir Liberation Front*. Assim, o *Hizbul Mujahideen* foi criado com o apoio paquistanês. Por ter sido um grupo fundado na Caxemira a identidade é um aspecto importante da ideologia do grupo, com isso o fator religioso estava mais presente do que no JKLF (ANANT, 2009). Em 1993, o Paquistão reduziu seu apoio ao grupo por temer que esse tomasse o mesmo caminho do JKLF e passasse a defender a independência da Caxemira e não a anexação ao território paquistanês, porém o grupo parou de receber apoio somente em 2000 com a assinatura do cessar-fogo com a Índia (NEVES, 2010). Outro grupo a ser observado é o *Jaish-e-Mohammad* (JeM), fundado em 1999 sua popularidade era entre a juventude da Caxemira. O grupo era responsável por diversas mandraças e sua visão o *jihad* era o caminho para libertar a Caxemira da Índia (D’SOUZA; ROUTRAY, 2016).

Ademais, não foram somente grupos locais que atuaram na Caxemira, pode-se observar a presença de organizações internacionais como o *Lashkar-e-Taiba* (LeT), fundado em 1990 no Afeganistão e com base no Paquistão e possui entre seus objetivos “libertar os territórios muçulmanos ocupados por não-muçulmanos” (NEVES, 2010, p. 175). Os membros o LeT são recrutas de todo mundo muçulmano e o objetivo do grupo é unificar os países muçulmanos do sul da Ásia; além disso, a maior parte do financiamento, treinamento e apoio recebidos pelo grupo é do ISI (JONES, 2008).

Devido à anos de má gestão indiana do território da Caxemira, o ISI não teve dificuldades em encontrar recrutas na região. Os militantes armados paquistaneses (PTMs, na sigla em inglês) eram responsáveis por ordenar ações de emboscada a patrulhas e comboios de

---

<sup>50</sup> No original: “JKLF’s political programme is premised on the right of Kashmiris to self-determination and is guided by the norms of freedom of speech, democracy and social justice, state welfare, human rights, and equal opportunities.”

segurança, além de incursões em áreas urbanas, com o uso de granadas de mão e foguetes. Com o passar do tempo, segundo Kanwal (2008), os PTMs começaram se envolver com saques, extorsões, estupros e assassinatos, as atividades criminosas associadas aos grupos e as violentas ações de contra insurgência indiana afugentou os recrutas da Caxemira, as famílias não estavam dispostas a enviarem seus filhos para uma luta como essa. Com isso, entre 1994 e 1995, o ISI passou a utilizar guerreiros estrangeiros, que lutavam para proteger o islã da Índia. Em suas operações, recebiam treinamento militar básico e sobre o uso de explosivos, eram armados com AK-47 e recebiam uma soma em rúpias do ISI. Com o auxílio do exército paquistanês e de pastores locais, eles se infiltraram na Caxemira Indiana e tinham como objetivo tirar a atenção das tropas da Índia da LOC.

A recepção desses mercenários pela população da Caxemira não foi a prometida pelo Paquistão, estes tinham dificuldade em encontrar abrigo e comida. Além do mais, “eles descobriram que as forças de segurança, particularmente o exército indiano, eram uma força difícil de enfrentar e descobriram que a vida útil de um militante na Caxemira era de no máximo de quatro a seis meses antes de ser perseguido e morto ou apreendido” (KANWAL, 2008, p. 61, tradução nossa)<sup>51</sup>, até 1998 cerca de 320 mercenários estrangeiros foram mortos. Com isso, esses guerreiros perderam o enfoque na luta pela Caxemira e o problema de ações criminosas voltou: estupro, assassinatos, extorsão e até a criação de haréns começaram a ser praticadas pelos mercenários, a população, que já não se sentia representada por guerreiros estrangeiros, começaram a fornecer informações sobre estes para as forças de segurança. Em 1996, o ISI percebeu que não era mais proveitoso inserir novos mercenários no vale, além disso passaram a utilizar táticas de terror não somente na região da Caxemira, mas também no sul da Índia.

### 3.2 A CONTRA-INSURGÊNCIA INDIANA

Após observar a estratégia por procuração empregada na Caxemira pelo Paquistão, é importante considerar quais foram as respostas da Índia à insurgência, principalmente na década de 1990. Foi nesse período que grande parte da Caxemira estava sob o controle de insurgentes, e as relações com o governo paquistanês estavam fragilizadas devido ao apoio que o país fornecia aos militantes por meio do ISI (WAGENEN, 2004). Dessa forma, o governo indiano passou a conduzir operações de contra insurgência por meio das Forças de Segurança Indianas

---

<sup>51</sup> No original: “*They found that the security forces, particularly the Indian Army, were a tough force to reckon with and discovered that a militant’s life span in Kashmir was a maximum of four to six months before he was hounded out and killed or apprehended.*”

(*Indian Security Forces - ISF*), inicialmente os soldados indianos eram mal treinados e foram incapazes de conter o aumento da violência das operações insurgentes. Por causa de ações pouco efetivas e de conduta desfavorável à população da Caxemira as forças indianas eram constantemente acusadas de tortura e execução de militantes. Enquanto a legislação indiana não possuía nada que impedisse esses acontecimentos a *Terrorist and Disruptive Activities Act* era mais uma forma de buscar controlar a crescente presença dos insurgentes, pois era bastante vaga e possibilitava prender qualquer acusado de cometer atos subversivos, podendo condenar até mesmo civis. As punições violentas realizadas com permissibilidade da lei podiam ser realizadas por oficiais das forças civis sem permissão de autoridades (JONES, 2008).

As violentas respostas do ISF contribuíram para que mais recrutas se unissem aos insurgentes que queriam lutar contra um governo que feria civis. Os insurgentes se aproveitavam das manifestações populares para realizar seus ataques, assim muitos civis foram feridos nesse processo. Nesse sentido, a Índia percebeu que era necessário combater o terrorismo e a insurgência de uma maneira diferente, porém, pouco foi feito para alterar a estratégia utilizada na contra insurgência. O país utilizava grandes unidades táticas para realizar operações de pouca intensidade, um método pouco eficiente, e empregava operações que apresentavam pouco resultado, como: isolar vilas e questionar a população e a partir dos resultados encontrados decidir quem seria investigado ou apreendido. Essas operações buscavam encurralar os insurgentes, porém, raramente algo era encontrado e prejudicava ainda mais as relações da população da Caxemira com o exército indiano (JONES, 2008).

As forças indianas também se ocupavam em proteger as fronteiras com a Caxemira paquistanesa. Devido ao terreno montanhoso da região, havia poucos lugares onde os insurgentes eram capazes de infiltrar, assim essas operações evitavam que recursos e homens atravessassem a fronteira e não atingia civis. O terreno de difícil acesso conta com florestas e vales que fornecem esconderijos para os infiltradores, tornando impossível para o ISF patrulhar toda região. Simon Jones (2008, p. 13, tradução nossa), apresenta que:

Uma advertência importante a esta seção é que provavelmente havia pouco mais que os militares indianos poderiam facilmente ter feito nos estágios iniciais da luta. Como foi anteriormente afirmado, as forças de segurança estavam completamente despreparadas para a situação em que foram mergulhados<sup>52</sup>

Treinadas para combates regulares, as forças indianas pouco sabiam de operações irregulares e como combatê-las. Nesse ínterim, em 1992, o ISF adotou uma abordagem mais

---

<sup>52</sup> No original: “An important caveat to this section is that there was likely little else that the Indian military could easily have done in the initial stages of the fighting. As has been previously stated, the security forces were completely unprepared for the situation into which they were plunged”.

flexível em relação aos insurgentes e conseguiu obter informações de alguns deles que abandonaram seus grupos e foram colocados em pseudo-equipes (JONES, 2008). Essas unidades conseguiam combater os insurgentes que cruzavam a fronteira, por demonstrarem sucesso em suas operações, essas eram patrocinadas pelo governo indiano, eram uma opção barata e reforçavam as milícias locais. Além dessas pseudo-equipes, o governo indiano ainda criou o *Rashtriya Rifles*, que era composto por recrutas locais treinados em táticas de contra insurgência, essas unidades, na visão indiana, seriam mais aceitas pela população por não serem percebidas como presença externa, os locais estariam combatendo os invasores da LoC.

A contra insurgência indiana (COIN) pareceu ter se reestruturado e encontrado uma doutrina que era capaz de responder aos insurgentes, porém, “enquanto muitos caxemires estavam cansados da guerra, o ISI ainda era capaz de infiltrar homens suficientes através da fronteira para causar o caos nas ruas da capital Srinagar” (JONES, 2008, p. 15, tradução nossa)<sup>53</sup>. O ISI conseguia treinar novos insurgentes e enviar um fluxo constante através da fronteira, os quais conseguiram ocupar pontos estratégicos em 1999, culminando na Guerra de Kargil (JONES, 2008) - que será apresentada na seção a seguir.

### 3.3 O VERÃO NUCLEAR E A GUERRA DE KARGIL

A década de 1980 foi marcada pelo maior desenvolvimento dos programas nucleares de ambos os países; em primeiro lugar, o uso de tecnologia nuclear pela Índia ocorre desde os anos 1940 com a posse de tecnologia de uso dual, tanto para fins energéticos quanto para o desenvolvimento de armas, porém, o país realizou seu primeiro teste somente em 1974. Nos anos de 1982, 1983 e 1986, o país desenvolveu uma série de mísseis nucleares, mas os testes destes não foram autorizados (GANGULY, 2003). Já o Paquistão iniciou suas pesquisas na década de 1950, “o fator que impulsiona a capacidade nuclear do Paquistão é a percepção de ameaça da Índia” (GANGULY, 2003, p. 101, tradução nossa)<sup>54</sup>. O programa nuclear paquistanês se acelerou após o primeiro teste indiano, em especial devido ao fato de Islamabad não ver um caminho convencional para ganhar da Índia em um embate militar. Apesar de possuir a tecnologia para o desenvolvimento de tais armas, o país negava a existência das mesmas (GANGULY, 2003).

---

<sup>53</sup> No original: “While many Kashmiris were tiring of the war the ISI was still able to infiltrate enough men across the border to cause chaos in the streets of the capital Srinagar.”

<sup>54</sup> No original: *The driving factor behind Pakistan’s nuclear capability is the perceived threat from India.*

O final dos anos 1990 foi marcado pelo ‘verão nuclear sul asiático’, que consistiu no retorno dos programas nucleares indianos e paquistaneses (BOSE, 2003). *A priori*, no início de maio de 1998, a Índia realizou cinco testes nucleares que geraram uma resposta da comunidade internacional: a imposição de sanções. Além disso, o presidente dos Estados Unidos pediu que o governo paquistanês agisse com moderação. Segundo Victoria Schofield (2003), alguns comentaristas acreditavam que o Paquistão utilizaria a situação nuclear indiana para chamar atenção da comunidade internacional para a Caxemira e impor pressões a Nova Deli, porém, ao final de maio o Paquistão realizou seis testes nucleares. Com isso, também foram impostas ao país sanções econômicas e, devido a maior vulnerabilidade da economia paquistanesa, esta sofreu mais do que o país vizinho, mas a Índia e o Paquistão concordaram em assinar o *Comprehensive Test Ban Treaty* em setembro de 1999, o que resultou na redução dessas sanções (SCHOFIELD, 2003).

Além disso, Paquistão e Índia assinaram, em fevereiro de 1999, a Declaração de Lahore (*Lahore Declaration*) que, em suma, afirmava: (1) a necessidade de um ambiente de paz e segurança e, para isso, a resolução dos problemas entre eles, incluindo a questão da Caxemira, seria o caminho apropriado a seguir; (2) a responsabilidade de ambos em evitar um conflito de caráter nuclear; (3) a reintegração do Acordo de Shimla, estabelecido anteriormente no âmbito da guerra de libertação de Bangladesh em 1971. A declaração durou pouco tempo, quando estava sendo assinada, já havia invasores paquistaneses em Kargil, na Caxemira indiana (BOSE, 2007).

A quarta guerra indo-paquistanesa e a terceira entre os Estados pela Caxemira iniciou-se com a invasão da região de Kargil, em 1999, por tropas paquistanesas e militantes locais (WAGENEN, 2004). A operação Kargil, segundo Taylor (2004), pode ser percebida como continuação da guerra por procuração paquistanesa, uma vez que a insurgência estava perdendo força e esta foi uma forma de revigorar a atuação dos grupos procuradores. Nesse ínterim, os estrategistas paquistaneses acreditavam que, devido à existência de armas nucleares, a Índia não transbordaria o conflito para além da Caxemira, para não desencadear uma guerra nuclear. Além disso, uma guerra em grande escala também não era vista como uma possibilidade, pois a Índia não poderia garantir sua vitória e um impasse seria vantajoso para o Paquistão. Pautando-se nessas concepções, na primavera de 1999, as forças paquistanesas atravessaram a LOC em direção à região de Kargil, conseguindo controlar parte do território antes de serem descobertos por pastores locais que denunciaram a presença de invasores às autoridades indianas (JONES, 2002; SCHOFIELD, 2003).

A presença dos invasores passou despercebida por quase um mês. Nesse tempo, eles conseguiram avançar seis milhas dentro do território, apoderaram-se de 70 posições na LOC e se posicionaram em locais estratégicos ameaçando, em especial, a única rota indiana que provinha suprimentos para as tropas que estavam nessa região glacial (TAYLOR, 2004; SCHOFIELD, 2003; LOVASS; MASTRONE; SKAFTE; WIEDERKEHR, 200-?). Como parte da estratégia de guerra por procuração, Islamabad “[...] negou o fato de que os infiltradores eram soldados paquistaneses e tentou culpar os militantes locais” (EFSAS, 2017, p. 07, tradução nossa)<sup>55</sup>, mesmo recusando participação direta na operação, o governo indiano realizou ataques aéreos contra o Paquistão, devido à complexa natureza do terreno onde os invasores haviam se estabelecido, sendo difícil acreditar que estes não eram bem equipados e treinados (EFSAS, 2017; SCHOFIELD, 2003). A situação começou a se agravar quando o Paquistão respondeu os ataques aéreos indianos, e a Índia invadiu o espaço aéreo paquistanês; aeronaves foram abatidas e uma escola na Caxemira paquistanesa foi atingida, matando dez crianças (SCHOFIELD, 2003). Diferentemente do imaginado pelos estrategistas da operação em Kargil, a Índia estava disposta a arriscar uma guerra em grande escala contra o Paquistão, além das operações contra os invasores, as tropas indianas estavam se posicionando na fronteira com o estado paquistanês, porém, não transpassaram a LOC e não bombardearam as linhas de suprimentos dos invasores como uma forma de ganhar apoio internacional (BEHERA, 2006).

A guerra durou três meses e teve fim quando o então primeiro-ministro paquistanês, Nawaz Sharif, se reuniu, em Washington, com o ex-presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton. Nesse encontro Sharif concordou em restaurar o acordo indo-paquistanês de Shimla, além de retirar as forças de Kargil. Tanto a Índia quanto o Paquistão afirmam ter vencido o conflito de Kargil (LOVASS; MASTRONE; SKAFTE; WIEDERKEHR, 200-?). A operação demonstrou ao Paquistão “[...] que as armas nucleares não eram necessariamente o *firewall* contra uma guerra mais ampla que os tomadores de decisão do Paquistão previram” (TAYLOR, 2004, p. 76, tradução nossa)<sup>56</sup>, a Índia se demonstrou disposta a escalar o conflito posto a ampla utilização de poderio aéreo. Além disso, os líderes paquistaneses perceberam que operações como a de Kargil não seriam mais aceitas pela comunidade internacional; eles ainda prezam pela imagem do país, pois sabem que a reprovação de suas ações pode gerar danos à economia e política (TAYLOR, 2004). Essa foi a última guerra entre Paquistão e Índia, porém, os Estados ainda estão em conflito e o Paquistão tem buscado readaptar sua estratégia por procuração e

---

<sup>55</sup> No original: “[...] *denied the fact that the infiltrators were Pakistani troops and tried to blame local militants.*”

<sup>56</sup> No original: “[...] *that nuclear weapons were not necessarily the firewall against a wider war that Pakistani decision-makers had anticipated.*”



não parou de apoiá-la (TAYLOR, 2004; LOVASS; MASTRONE; SKAFTE; WIEDERKEHR, 200-?).

#### 3.4 CAXEMIRA ENTRE 2000 E 2010: A TENTATIVA DE DIÁLOGO E A CONTINUAÇÃO DA INSURGÊNCIA

Após a guerra de Kargil, Índia e Paquistão precisavam delimitar uma estratégia para assegurar seus interesses na Caxemira. Segundo Praveen Swami (2007), a Índia adotaria um posicionamento pautado em um ‘tamborete de duas pernas’. A primeira seria buscar diálogo com o maior grupo terrorista na Caxemira, o *Hizb-ul-Mujahideen* (HM), o que resultou em um cessar-fogo em julho de 2000. O HM concordou em três meses de cessar-fogo a fim de demonstrar que estava lutando por sua liberdade e não era um grupo terrorista, além disso algumas condições foram estabelecidas: “o cessar-fogo foi sujeito à cessação da violência indiana contra civis e políticos ativistas; o uso do cessar-fogo pela Índia como uma ‘arma tática’ para propaganda, ele acrescentou, iria subverter seu propósito” (SWAMI, 2007, p. 189, tradução nossa)<sup>57</sup>. O segundo pilar consistia em atribuir um caráter político ao cessar-fogo envolvendo os secessionistas políticos da região. Porém, nenhuma ação procurou lidar com o Paquistão e sua disposição a escalar a violência na região, para equilibrar esse tamborete.

Nesse sentido, o cessar-fogo se estendeu por cinco meses, mas seus resultados foram o oposto do esperado. O número de incidentes violentos aumentou, o número de fatalidades diminuiu, o que pode ser explicado pela ordem dada às tropas indianas de não iniciarem operações ofensivas; apesar disso, houve o aumento no número de civis mortos (SWAMI, 2007). Quando o governo indiano buscou estabelecer o cessar-fogo com o HM, comandantes do grupo se dividiram em favoráveis ou contrários ao diálogo, o que pode “[...] demonstrar que o Paquistão estava bem equipado para minar o processo de paz, a menos que estivesse presente na mesa” (SWAMI, 2007, p. 192, tradução nossa)<sup>58</sup>. O diálogo que o governo indiano acreditava que findaria a violência armada, para Swami (2007), demonstrou aos secessionistas que, sem o uso de armas, seus interesses seriam silenciados.

Próximo da sede do ISI, o chefe geral do LeT declarou que um novo estágio do *jihad* se iniciaria: “Kargil, disse ele, foi o primeiro componente desta nova campanha; a onda de ataques

---

<sup>57</sup> No original: “the ceasefire was subject to the cessation of Indian violence against civilians and political activists; the use of the ceasefire by India as a “tactical weapon” for propaganda, he added, would subvert its purpose”.

<sup>58</sup> No original: “[...] demonstrate that Pakistan was well equipped to undermine the peace process unless it was present at the table”.

de esquadrões suicidas de *fidayeen* que a organização havia desencadeado contra grandes instalações de segurança e civis foi o segundo. ‘Muito em breve’, prometeu, ‘lançaremos um terceiro turno’” (SWAMI, 2007, p. 193, tradução nossa)<sup>59</sup>. Sumantra Bose (2003) apresenta que, assim que a guerra de Kargil teve fim, a primeira incursão *fidayeen* ocorreu, entre meados de 1999 e o fim de 2002, cinquenta e cinco incursões foram realizadas, sendo que o ano de 2001 foi o ápice da campanha com 29 ataques. Grande parte desses ataques foram perpetrados pelo LeT, porém, este recusa que sejam campanhas suicidas, uma vez que seguem a versão ultra ortodoxa do islã sunita que condena o suicídio. Apesar disso, as operações possuem um caráter suicida, os combatentes quase nunca retornam de suas empreitadas, já que eles não buscam salvar suas vidas, mas impactar psicologicamente seu inimigo.

Em 2001, cinco homens armados invadiram um complexo do parlamento indiano, estes foram mortos por seguranças após entrarem em embate, além dos militantes nove pessoas morreram, a Caxemira estava se tornando um alvo difícil, por isso os ataques estavam sendo direcionados à própria Índia (BOSE, 2003; JONES, 2008). Esse evento ocorreu meses após o 11 de setembro, o Paquistão se deparava com cobranças estadunidenses para combater o terrorismo e temia que a questão da Caxemira fosse vista como um problema terrorista, já que os Estados Unidos classificaram a LeT e JeM como organizações terroristas e não era mais possível afirmar que esses grupos eram guerreiros da liberdade. Com isso, o governo paquistanês percebeu que sua estratégia de guerra por procuração seria um problema para os interesses nacionais, mas, sem abandoná-la, deu ordens aos grupos para que atuassem de maneira mais discreta (TAYLOR, 2004).

O ataque terrorista de 2001 contra o parlamento indiano quase levou as nações à guerra, em janeiro de 2002 a Índia havia posicionado 500 mil tropas na fronteira com o Paquistão, além de deixar de prontidão as forças aéreas, a marinha e seus mísseis de capacidade nuclear. O governo paquistanês também mobilizou suas tropas para a fronteira, sendo a maior concentração de tropas desde 1971 com 300 mil unidades. A tensão instaurada na fronteira levou o Chefe do Exército indiano a realizar uma conferência de imprensa para alertar o Paquistão de que as consequências de uma ofensiva nuclear seriam rigorosas. Em maio de 2002, três militantes chegaram de ônibus a um campo de acomodação para as famílias de soldados indianos em Jammu, após abrirem fogo contra os passageiros, eles adentraram o campo e atiraram contra as famílias. Os atiradores foram mortos após embate com os soldados, 25

---

<sup>59</sup> No original: “Kargil, he said, had been the first component of this new campaign; the wave of *fidayeen* suicide-squad attacks the organization had unleashed on major security and civilian installations was the second. ‘Very soon’, he promised, ‘we will be launching a third round’”.

peessoas ficaram feridas, 8 mulheres e 11 crianças foram mortas. No início de junho de 2002, o Paquistão adotou medidas para interromper a infiltração pela LoC e ainda iria desmanchar os campos de treinamento militantes na Caxemira. Ademais, as tensões começaram a perder intensidade, esforços diplomáticos se iniciaram e somente em novembro de 2003 os governos concordaram em estabelecer um cessar-fogo (GLOBAL SECURITY, 2011).

Jones (2008) apresenta que, a partir desse período, Índia e Paquistão passaram a estabelecer ‘medidas de construção de confiança’ a fim de atenuar as tensões. O cessar-fogo instaurado em 2003 “[...] tem se mantido muito bem por mais de quatro anos e promete não apenas aliviar as tensões entre as forças militares ao longo da fronteira, mas também impedir a infiltração de militantes na fronteira” (JONES, 2008, p. 17, tradução nossa)<sup>60</sup>. Outra medida foi instaurada em 2004, quando os países concordaram em lidar com a questão da Caxemira apenas por negociação. O apoio paquistanês aos militantes foi reduzido, suas ações estavam mais vulneráveis a contra insurgência indiana, mas essas não acabaram, os militantes continuaram a infiltrar pela LoC e cada vez mais tomavam como alvo as forças de segurança indianas. O exército indiano estava com dificuldade de recrutar soldados, em especial para suprir 14 mil oficiais, as ações na Caxemira passaram a ser realizadas com cada vez menos soldados. Devido à falta de oficiais para liderar e o medo de ataques de grupos como JeM e o LeT, os soldados não tinham vontade de realizar patrulhas e novos recrutas não queriam se unir exército.

Em vista disso, a medida de 2004 foi um ponto de inflexão para a questão da Caxemira, a Índia não possuía meios ou apoio internacional para lidar diplomaticamente com a insurgência, foi durante a reunião da *South Asian Association for Regional Cooperation* (SARCC) que o presidente paquistanês Musharraf afirmou que a política de apoio aos insurgentes não poderia mais ser sustentada (WAGENEN, 2004). Esse posicionamento se deu, segundo Wagenen (2004), a três fatores que passaram a existir no pós-11 de setembro: (1) os fundamentalistas islâmicos estavam ameaçando a existência de um islã moderado; (2) após os Estados Unidos declararem guerra contra o terrorismo, o Paquistão precisou interromper toda assistência que era dada aos grupos da Caxemira; (3) tornou-se impossível para o país desenvolver sua economia para competir com outras nações sul-asiáticas e patrocinar uma guerra por procuração.

A partir de 2004, a violência na região reduziu consideravelmente. Entre 2005 e 2008, medidas significativas foram tomadas, como a abertura da LoC para viagens e comércio entre

---

<sup>60</sup> No original: “[...] has held up quite well for over four years and promises not only to ease tensions between the military forces along the border but also to hinder the infiltration of militants across the border”.

os dois lados da Caxemira e a criação de um mecanismo de supervisão conjunta entre Paquistão, Índia e representantes da Caxemira. O primeiro-ministro indiano Manmohan Singh, em 2007, afirmou que espera que um dia a Linha de Controle seja uma linha de paz, uma representação de cooperação e não de conflito (SWAMI, 2007).

Os anos de 2008, 2009 e 2010 foram marcados por levantes civis contra o governo indiano. Em 2008, membros do congresso e o governador indiano doaram 100 acres de terras da Caxemira para uma instituição não-caxemire que iria construir uma infraestrutura para os peregrinos indianos. Além de ir contra o artigo 370 da Índia, que permite que apenas residentes da Caxemira podem possuir terras na região, essa doação de terras também ameaçaria o meio ambiente do território. Com isso, diversos protestos passaram a ocorrer com a presença de grupos da sociedade civil e de grupos como JKLF, as respostas do governo indiano às manifestações deixaram milhares de feridos e mais de 100 mortos. A doação de terras foi cancelada e, em resposta, nacionalistas hindus bloquearam a única rodovia que levava à Caxemira. Nesse contexto, em uma incursão com objetivo de abrir a fronteira, o exército indiano acabou matando o líder de um grupo da região e mais 20 combatentes. Esse episódio levou jovens da região às ruas contra as forças indianas. Em novembro do mesmo ano o LeT realizou ataques em Mumbai que acarretaram o fim das negociações de paz entre Paquistão e Índia (ADI MAGAZINE, 2020)

No dia 26 de novembro de 2008, cinco locais em Mumbai foram atacados por membros do LeT, seus alvos não foram somente indianos, mas também nacionais britânicos e estadunidenses, 25 turistas e 140 indianos foram mortos durante os disparos. Esse episódio foi decisivo para as relações Índia-Paquistão, pois o grupo que perpetrou o ataque é um grupo *jihadista* com base no Paquistão, mas banido pelo governo, e seus centros de treinamento e atividades de recrutamento e captação de recursos ocorrem sem a interferência do país. Nesse sentido, três hipóteses foram levantadas acerca da natureza deste ataque: (1) o governo indiano argumentou que essa ação era parte das operações por procuração paquistanesas apoiadas pelo ISI; (2) a segunda ideia, majoritariamente defendida por analistas ocidentais, apresentou que alguns membros do ISI apoiaram o LeT, não todo estados paquistanês; (3) a última hipótese foi a possibilidade de que os ataques foram de autoria somente do LeT. Após o 26/11, a Índia contactou Islamabad para cooperar nas investigações, porém, essa negou o envolvimento de qualquer cidadão paquistanês. A participação do Paquistão no ataque ainda é uma incógnita nas investigações de Mumbai, mas o papel do LeT e de alguns membros do ISI foi considerada a versão mais aceita (MAHADEVAN, 2019)

O ano de 2009 foi marcado por manifestações que ocorreram devido ao estupro e assassinato de duas mulheres caxemires, o governo indiano afirma que as mulheres se afogaram e não levaram as investigações adiante; investigações independentes apuraram o envolvimento de forças indianas. Por meses ocorreram protestos na Caxemira, as autoridades paquistanesas também concluíram que as vítimas se afogaram. Já em 2010, o exército indiano matou três civis com a justificativa de que eram terroristas internacionais, além disso, uma criança de oito anos morreu após ser atingida com bombas de gás lacrimogêneo (ADI MAGAZINE, 2020). Essas mortes levaram milhares de caxemires às ruas, dezenas de pessoas foram feridas e mortas pelas forças indianas durante os protestos (THE GUARDIAN, 2010).

Este capítulo demonstrou os avanços da estratégia de guerra por procuração a partir da década de 1980 até 2010. A nova fase da estratégia teve início após a atuação do ISI na guerra do Afeganistão, em que o Paquistão percebeu que a guerra por procuração poderia ser desenvolvida de forma mais estruturada e poderia explorar ainda mais o sentimento religioso na região. Apesar de inicialmente o ISI apoiar qualquer grupo contra Índia na Caxemira, passou a apoiar apenas grupos pró-Paquistão por medo do discurso separatista ganhar força no território. Além disso, também se observou os principais grupos em atuação na região por meio da procuração. Foi apresentado, como a Índia buscou estabelecer uma estratégia de contra insurgência e os empecilhos encontrados pelas forças indianas para implementar a COIN. Em um esforço de se equiparar a Índia, após o teste de dispositivos nucleares de ambos os países, o Paquistão, acreditando que a nação indiana não se envolveria em uma guerra, lançou uma invasão em Kargil que resultou em uma guerra em 1999. Após a guerra, a Índia buscou dialogar com grupos insurgentes, mas obteve pouco sucesso e uma nova onda de violência tomou a Caxemira. O século XXI na Caxemira foi marcado por ataques de cunho terrorista que buscavam impactar a sociedade para a questão da Caxemira. A literatura não associa tão diretamente as ações dos grupos nesse período a uma estratégia por procuração, porém, centros de treinamento e suportes ainda são dados pelo Paquistão, a guerra por procuração ainda estão presentes no conflito por Jammu e Caxemira.

## CONCLUSÃO

Esse projeto buscou responder como a guerra por procuração se desenvolveu durante o conflito da Caxemira no recorte em estudo. Foi observado que a estratégia de guerra por procuração inicialmente decorre de forma pouco organizada, em comparação com a década de 1980, podendo ser identificadas algumas operações como a *Grand Slam* e Gilbratar que falharam devido a pouca organização da procuração no período em que foram executadas. Porém, após a participação do Paquistão na guerra do Afeganistão por meio do ISI, o país percebeu que a estratégia de guerra por procuração planejada e bem apoiada poderia contribuir para a imposição de sua vontade a Índia. Assim, foram estabelecidas estruturas para suporte de insurgentes, para sustentar economicamente a estratégia, como o tráfico de drogas e a produção de armas a partir da década de 1980.

O primeiro capítulo teve como objetivo estabelecer o referencial teórico do trabalho que abarca os três tipos de guerra que podem ser encontrados na disputa pela Caxemira: a guerra clássica no embate estatal indo-paquistanês; a guerra irregular na utilização de táticas de guerrilha e terrorismo nos conflitos entre os grupos insurgentes e as forças indianas; e a guerra por procuração no apoio financeiro e logístico paquistanês aos grupos que estavam dispostos a lutar contra presença indiana na região.

O segundo capítulo apresentou uma breve história do Vale da Caxemira, além de demonstrar como surgiram os movimentos em defesa do território e contra a dominação hindu. Além disso, também foi tratada a primeira guerra indo-paquistanesa em disputa pela Caxemira em que houve a participação de insurgentes. O Paquistão continuou a utilizar procuradores após o fim da primeira guerra e na década de 1960 essa estratégia ganhou mais força e duas operações para o domínio da região foram lançadas em 1965 que resultaram em um embate direto entre os Estados. Por fim, em 1971 Índia e Paquistão se envolveram em outro conflito, por mais que esta não tenha sido pela Caxemira, mas sim pela independência de Bangladesh demonstrou que as relações entre os países não se resolveriam por meios pacíficos. Além do mais, no final da década de 1970 o Paquistão passou a ser percebido como uma força anti-soviética e passou a atuar na guerra do Afeganistão por meio do ISI com apoio norte-americano.

Por último, o terceiro capítulo buscou demonstrar como após a experiência na guerra do Afeganistão a guerra por procuração paquistanesa se tornou mais estruturada, assim, em 1989, o país lançou a operação Topac que tinha como objetivo obter controle da Caxemira. A partir da operação diversos grupos insurgentes passaram a ser apoiados pelo Paquistão, além disso esses grupos possuíam principalmente como motivação a defesa do *jihad* na região. O capítulo

também discorre sobre as estruturas que sustentam a guerra por procuração e como o Paquistão conseguiu se distanciar delas e mesmo assim manter seu controle. Foram apresentados os principais grupos que atuam por procuração e a estratégia de contra insurgência indiana para combatê-los. Em seguida é discorrido sobre o final da década de 1990 e o desenvolvimento nuclear dos países nesse período, ambos testaram dispositivos nucleares e acreditando que a Índia não se envolveria em uma guerra que poderia se tornar nuclearizada o Paquistão invadiu a região de Kargil dando início a uma guerra entre os países. A guerra terminou após três meses de seu início, após esta a Índia tentou dialogar com insurgentes da Caxemira, mas por não envolver o Paquistão nesse diálogo muitos grupos foram contra essa relação. Nesse sentido, o século XXI é marcado por diversos episódios violentos e por manifestações populares, a questão da Caxemira continua a ser objeto de disputa entre os países.

A bibliografia acerca da questão da Caxemira não é muito clara quando se trata dos grupos que atuam na guerra por procuração, em muitos eventos em que esses insurgentes estão presentes, como as operações Gibraltar e Topac, os grupos que estavam envolvidos não são nomeados ou quaisquer outras especificações a respeito dos atores. Essa limitação na bibliografia leva a imprecisões na literatura, na medida em que se suspeita que grupos insurgentes têm atuado na região desde 1947. A partir da década de 1990 a literatura passa a nomear alguns grupos, porém ainda não são bem especificados os eventos em que esses grupos estiveram envolvidos levando a pergunta: quais são esses grupos insurgentes que são centrais para a procuração, mas não são propriamente identificados?

Outra questão a ser observada é a escassez de informações sobre a resposta da Índia às operações por procuração. A contra insurgência indiana é trabalhada principalmente a partir da década de 1980 coincidindo com a reestruturação da estratégia, porém anterior a esse período não é bem claro como o combate a esses insurgentes se deu. Além do mais, não são apresentados episódios pontuais da contra insurgência como eventos ou operações orquestradas.

Apesar das limitações na bibliografia, estudar a questão da Caxemira possibilita futuras pesquisas como: observar quais os impactos sociais da procuração na população da Caxemira; como a guerra por procuração tem se desenvolvido em recortes temporais mais recentes; o impacto geopolítico do conflito indo-paquistânês; analisar a estratégia paquistanesa no conflito da Caxemira.

## REFERÊNCIAS

- KASHMIR Crisis - 2002. **Global Security**. Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/military/world/war/kashmir-2002.htm>. Acesso em: 13 nov. 2021.
- AHMED, Saifuddin; CHAKMA, Anurung. Kashmir Conflict: a critical analysis. **Society & Change**. [S. l.], p. 20-36. Jul. 2012.
- ANANT, Arpita. Identity and Conflict: perspectives from the Kashmir valley. **Strategic Analysis**, [S.L.], v. 33, n. 5, p. 760-773, 30 jul. 2009. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09700160903064554>.
- ANUNCIAÇÃO, Arthur Sá. **O conflito em Caxemira: uma luta identitária e a perpetuação de um risco internacional**. 2013. 171 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.
- BAKAYA, Priyanka; BHATTI, Sumeet. Kashmir conflict - A study of what led to the insurgency in Kashmir Valley and proposed future solutions. **Stanford**, 2005. Disponível em: <https://web.stanford.edu/class/e297a/INDIA%20-%20KASHMIR%20-%20PAKISTAN.htm>. Acesso em: 20 out. 2020.
- BEHERA, Ajay Darshan. The supporting structures for Pakistan's proxy war in Jammu & Kashmir. **Strategic Analysis**, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 393-410, jun. 2001. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09700160108458965>.
- BEHERA, Navnita Chadha. **Demystifying Kashmir**. Washington Dc: Brookings Institution Press, 2006.
- BOSE, Sumantra. **Contested Lands: Israel-Palestine, Kashmir, Bosnia, Cyprus, and Sri Lanka**. Cambridge: Harvard University Press, 2007.
- BOSE, Sumantra. **Kashmir: roots of conflict, paths to peace**. Cambridge: Harvard University Press, 2003.
- CARSON, Austin. **Secret Wars: covert conflict in international relations**. Princeton: Princeton University Press, 2018.
- CENTRAL Treaty Organization. **Britannica**, [S.l.], 09 abr. 2014. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Central-Treaty-Organization>. Acesso em: 26 nov. 2021.
- CHOWDHARY, Rekha. **Jammu and Kashmir: politics of identity and separatism**. Oxon: Routledge, 2016.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.



CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Research Design**: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. 5. ed. Thousand Oaks: Sage, 2018.

DINIZ, Eugenio. Epistemologia, História e Estudos Estratégicos: Clausewitz versus Keegan. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 39-90, jan./jun. 2010.

D'SOUZA, Shanthie Mariet; ROUTRAY, Bibhu Prasad. Jihad in Jammu and Kashmir: actors, agendas and expanding benchmarks. **Small Wars & Insurgencies**, [S.L.], v. 27, n. 4, p. 557-577, 19 jun. 2016. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09592318.2016.1189485>.

FREEDMAN, Lawrence. Guerrilla Warfare. In: FREEDMAN, Lawrence. **Strategy**: a history. New York: Oxford University Press, 2013. Cap. 14. p. 178-192.

GANGULY, Rajat. India, Pakistan and the Kashmir Dispute. **Victoria University of Wellington**, 1998. Disponível em: <https://researcharchive.vuw.ac.nz/handle/10063/3147>. Acesso em: 17 de maio de 2020.

GANGULY, Sumit. **The Kashmir question**: retrospect and prospect. London: Frank Cass, 2003.

GRAY, Colin S. Irregular warfare. In: GRAY, Colin S. **War, Peace and International Relations**: an Introduction to Strategic History. Oxon: Routledge, 2007. Cap. 18. p. 245-263.

GROH, Tyrone L. **Proxy War**: the least bad option. Stanford: Stanford University Press, 2019.

HAHLWEG, Werner. Clausewitz and guerrilla warfare. **Journal Of Strategic Studies**, [S.L.], v. 9, n. 2-3, p. 127-133, jun. 1986. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01402398608437262>. Acesso em: 04 out. 2020.

HUGHES, R. Gerald; KOUTSOUKIS, Alexandros. Clausewitz first, and last, and always: war, strategy and intelligence in the twenty-first century. **Intelligence And National Security**, [S.L.], v. 34, n. 3, p. 438-455, 26 nov. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02684527.2018.1530867>. Acesso em: 19 set. 2020.

IISS. Iraq. In: IISS. **Iran's Network of Influence in the Middle East**. [S.L.]: Iiss, 2019. Cap. 4. p. 121-158. Disponível em: <https://www.iiss.org/publications/strategic-dossiers/iran-dossier/iran-19-06-ch-4-iraq>. Acesso em: 10 out. 2021.

JONES, Simon. India, Pakistan, and counterinsurgency operations in Jammu and Kashmir. **Small Wars & Insurgencies**, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 1-22, mar. 2008. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09592310801905736>.

JUNAID, Mohamad. Kashmir: a historical timeline. **Adi Magazine**, [S.L.], 2020. Disponível em: <https://adimagazine.com/articles/kashmir-a-historical-timeline/>. Acesso em: 15 nov. 2021.

KALDOR, Mary. Inconclusive Wars: Is Clausewitz Still Relevant in these Global Times? **Global Policy**, [s. l], v. 1, n. 3, p. 271-281, out. 2010.

KANWAL, Gurmeet. Proxy war in Kashmir: jehador state :sponsored terrorism?. **Strategic Analysis**, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 55-83, abr. 1999. Informa UK Limited.  
<http://dx.doi.org/10.1080/09700169908455030>.

KASHMIR protests erupt into violence after government troops kill four. **The Guardian**, [S.l], 13 ago. 2010. Disponível em:  
<https://www.theguardian.com/world/2010/aug/13/kashmir-protests-killed-ramadan>. Acesso em: 15 nov. 2021.

LOVASS, Edina; MASTRONE, Moira; SKAFTE, Nicolai; WIEDERKEHR, Anja. **Kashmir - 67 years**. 200-?. 60 f. TCC (Graduação) - Curso de International Relations, Department Of Culture And Global Studies, Aalborg University, Aalborg, 200-?.

MAHADEVAN, Prem. A decade on from the 2008 Mumbai attack: Reviewing the question of state-sponsorship. **International Centre for Counter-terrorism**, [S.l], 27 jun. 2019. Disponível em: <https://icct.nl/publication/a-decade-on-from-the-2008-mumbai-attack-reviewing-the-question-of-state-sponsorship/>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MENDES, Flávio Pedroso. Guerra, Guerrilha e Terrorismo: uma Proposta de Separação Analítica a partir da Teoria da Guerra de Clausewitz. **Carta Internacional**, [s. l], v. 9, n. 2, p. 96-108, jun./dez. 2014.

MUMFORD, Andrew. **Proxy Warfare: war and conflict in the modern world**. Cambridge: Polity Press, 2013.

NEVES JÚNIOR, Edson José. **Morrer pelo paraíso. O terrorismo internacional na Caxemira: entre a guerra por procuração e o jihadismo instrumental**. 1989-2009.. 2010. 285 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25409/000749668.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 fev. 2020.

PROXY war in Jammu & Kashmir. **EFSSAS**, Amsterdam, mai. de 2017. Disponível em: <https://www.efsas.org/publications/study-papers/proxy-war-in-jammu-and-kashmir/>. Acesso em: 12 de mar. de 2020.

RONDEAUX, Candance; STERMAN, David. **Twenty-First Century Proxy Warfare: confronting strategic innovation in a multipolar world since the 2011 nato intervention**. [S.L]: New America, 2019. 72 p.

SCHOFIELD, Victoria. **Kashmir in conflict: india, pakistan and the unending war**. 2. ed. London: I.B.Tauris, 2003.

SCHUURMAN, Paul. War as a System: A Three-Stage Model for the Development of Clausewitz's Thinking on Military Conflict and Its Constraints. **Journal Of Strategic Studies**, [s. l], v. 37, n. 6-7, p. 926-948, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01402390.2014.933316>. Acesso em: 11 set. 2020.

SOUTHEAST Asia Treaty Organization. **Britannica**, [S.l], 28 jan. 2020. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Southeast-Asia-Treaty-Organization>. Acesso em: 26 nov. 2021.

SPRINZ, Detlef F.; WOLINSKY, Yael. **Cases, Numbers, Models::** international relations research methods. [S.L]: University Of Michigan Press, 2002.

SWAMI, Praveen. **India, Pakistan and the secret jihad: the covert war in kashmir, 1947-2004**. Oxon: Routledge, 2007.

TAYLOR, Matthew P.. **Pakistan's Kashmir policy and strategy since 1947**. 2004. 105 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de National Security Affairs, Naval Postgraduate School, Monterey, 2004. Disponível em: <https://calhoun.nps.edu/handle/10945/1627>. Acesso em: 20 out. 2020.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. Iran's Networks of influence in the Middle East. Chapter 4: Iraq. **IISS**. [S.l.]. nov. 2019. p. 121-158. Disponível em: <https://www.iiss.org/publications/strategic-dossiers/iran-dossier/iran-19-06-ch-4-iraq>. Acesso em: 17 set. 2021.

VAN WAGENEN, Matthew J.. **An analysis of the indian government's counterinsurgency campaign in Jammu and Kashmir**. 2004. 91 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Military Art And Science, United States Army Command And General Staff College, Fort Leavenworth, 2004. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/citations/ADA428962>. Acesso em: 20 nov. 2020.

VISACRO, Alessandro. Pressupostos teóricos da Guerra Irregular. In: VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Editora Contexto, 2009. p. 221-294.

WALDMAN, Thomas. **War, Clausewitz, and the Trinity**. 2009. 410 f. Thesis (Post-Doctorate) - International Relations, Department Of Politics And International Studies, University Of Warwick, Coventry, 2009.

**RESOLUÇÃO n°038/2020 – CEPE**

**ANEXO I**  
**APÊNDICE ao TCC**

**Termo de autorização de publicação de produção acadêmica**

A estudante Bruna Vitória Pires Amuy do Curso de Relações Internacionais, matrícula 2017.1.0043.0014-3, telefone: (62) 9 9261-4005, e-mail brunavitoriapires@gmail.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei n° 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A guerra por procuração entre Índia e Paquistão (1947-2010): do início da procuração à reestruturação da estratégia”, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 17 de dezembro de 2021.

Assinatura do autor:



Nome completo do autor: Bruna Vitória Pires Amuy

Assinatura do professor-orientador:



Nome completo do professor-orientador: Giovanni Hideki Chinaglia Okado